

Invista quanto der! Aqui no PAN, seu dinheiro rende de verdade.

- Investimento a partir de R\$ 1,00
- Liquidez diária e taxa de 111% do DI*
- Rendimento melhor que a poupança
- Acessível e seguro
- A aplicação é grátis, assim como a retirada



Abra sua conta.

#FAÇARENDER

**BANCO
PAN**

Conta Digital grátis com crédito na abertura pra fazer acontecer.

* sujeito à análise de crédito



BANCO PAN S.A. - CNPJ: 59.285.411/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco PAN S.A. ("PAN", "Banco" ou "Companhia") e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Olhando em retrospectiva, o ano de 2020 confrontou a sociedade com desafios sem precedentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros e funcionários continua sendo prioridade, por isso seguimos investindo em tecnologia para promover a melhor experiência possível através dos nossos canais digitais.

A utilização de dados e a aplicação intensa de tecnologia nos permitiu alcançar resultados marcantes nesse ano, engajando clientes, criando uma plataforma digital completa para atender as necessidades do nosso público alvo e ampliando nossa base de produtos e serviços. Porém, entendemos que estamos apenas no começo da nossa jornada, construindo um banco focado no nosso cliente, explorando todo o ecossistema de serviços financeiros para as classes C, D e E.

Importante destacar que esse período apresentou uma oportunidade única de crescimento para o PAN. Os resultados de 2020 comprovaram que a estratégia iniciada em 2017, com foco na implementação de um banco completo, usando tecnologia para alcançar clientes e parceiros foi acertada e bem executada.

Essa estratégia promoveu vantagem competitiva frente a outros players, melhorando de forma significativa a interface com clientes, agilizando o atendimento, aumentando a fidelização e ajudando a prevenir fraudes na concessão de crédito.

Entretanto, as oportunidades de crescimento também vieram com desafios importantes para os nossos negócios. Enfrentamos uma crise sem precedentes causada pelo Covid-19, que inicialmente impactou nossos índices de inadimplência. Nesse contexto, atuamos de forma assertiva, aumentando a liquidez e preservando capital do banco utilizando instrumentos de cessões, elevando os parâmetros para a concessão de crédito e restringindo as prorrogações em menos de 1% do total da carteira de crédito, com 97% das parcelas subsequentes vencidas já quitadas.

Nossa carteira performou muito bem, mostrando a resiliência do portfólio, composto principalmente por crédito consignado e crédito collateralizado. Além disso, nossa expertise na concessão de crédito e na cobrança permitiu o crescimento do portfólio em conjunto com a redução do custo do crédito. No 4T20, as taxas de inadimplência caíram de forma importante com o over 90 dias descendo para 5,5% frente aos 6,7% do 3T20.

Nossa originação de crédito atingiu patamares recordes com o aumento da margem consignável do INSS, a ampliação de market share em veículos leves e a aceleração do *business* de cartão de crédito avançado pelo crescimento da Conta Digital. Ampliamos em 85% o ritmo de originação no 4T20 frente ao 4T19 e em 50% frente ao 3T20. Com isso, nossa carteira de crédito retida cresceu 22% para R\$28,9bi no fechamento do 2020 frente ao 4T19, avançando em ritmo mais forte do que o sistema financeiro do Brasil.

Encerramos o 4T20 com lucro líquido de R\$ 171 milhões, em linha com o último trimestre, e um ROE ajustado (não auditado) de 20,9%. Em 2020, alcançamos um lucro líquido de R\$ 656 milhões, 27% acima do resultado de 2019, e um ROE ajustado (não auditado) de 21,4%.

Nossa ampla plataforma de produtos financeiros continua avançando de forma consistente, com foco no cliente, oferecendo uma gama completa de produtos desenhados especialmente para o público das classes C, D e E, priorizando sempre a transparência, a simplificação dos processos e a qualidade no atendimento.

Estamos extremamente satisfeitos com a performance da nossa Conta Digital. Mantivemos constante evolução das métricas de engajamento e seguimos focados na ampliação da nossa base de clientes e da oferta de novos produtos e serviços.

Reafirmamos a visão de longo prazo baseada na nossa: (i) presença relevante nos mercados de atuação; (ii) capacidade de distribuição de produtos, seja através do B2B que vem se tornando mais eficiente e tem estrutura de custo variável, seja através do crescente B2C digital; (iii) expertise de crédito impulsionando atração e engajamento; (iv) base e fluxo de clientes; (v) capacidade de entrega, resultando em baixo risco de execução, e (vi) crescente oferta de novos produtos ao longo do tempo.

CONTA DIGITAL

A Conta Digital confere aos clientes acesso a uma conta corrente completa: 100% digital, sem tarifa de manutenção, com cartão múltiplo sem anuidade, com direito a um pacote mensal gratuito de transferências, saques na Rede 24 horas, depósitos via boleto, pagamentos de contas, portabilidade de salário, produtos de investimento, seguros, além de diversos produtos de crédito e outros serviços.

Adicionalmente, oferecemos diversos descontos em drogarias, supermercados e lojas virtuais por meio de acordos com múltiplos parceiros. Nossos cartões de crédito co-branded também proporcionam vantagens para nossos clientes criando uma gama importante de produtos direcionados para o nosso público-alvo.

Nossa estratégia de aquisição é baseada em seis fontes de atração: oferta para a base de clientes ativos e ex-clientes do PAN; fluxo de potenciais clientes solicitando crédito mensalente; marketing digital; rede física de distribuição; novos parceiros de originação; e um programa de 'member get member'.

No 4T20, ampliamos de forma relevante nossas linhas de crédito voltada para o produto cartão de crédito, largamente beneficiada pelo crescimento do banco digital e a ampliação do relacionamento direto com o cliente através do nosso aplicativo. O crédito continua sendo o nosso principal instrumento para atração, engajamento e monetização de clientes, porém o Banco PAN vai além da concessão de crédito.

Hoje oferecemos diversos produtos, como: Conta Corrente Completa, Empréstimo Pessoal, Cartão de Crédito e Débito, Limite Emergencial, Portabilidade de Salário, Poupa PAN entre outros. Adicionalmente, desenvolvemos uma plataforma importante para a venda de seguros, com diferentes modalidades voltadas para nossos clientes sendo lançadas ao longo do ano de 2020 e 2021.

Além disso, nossos esforços continuam direcionados para o lançamento de novos produtos com o objetivo de tornar a experiência do cliente ainda mais completa, alavancando o engajamento. A conta digital, ao centralizar todo o relacionamento com nossos clientes, se torna um instrumento indispensável para otimizarmos as oportunidades de cross-sell e upsell, além de incrementar o portfólio de produtos e fidelizar ainda mais os nossos clientes.

ESTRUTURA DO BANCO

Somos um dos principais bancos médios do Brasil e atuamos com foco na concessão de crédito a pessoas físicas das classes C, D e E, além de servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS, ofertando crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos usados, financiamento de motos novas, cartão de crédito convencional, empréstimo pessoal e seguros.

Com 2.497 funcionários e 60 postos de atendimento nas principais cidades do país, estamos presentes em todo território nacional, com uma estrutura asset light, atuando via plataformas digitais com mais de 770 correspondentes bancários originando créditos consignados e mais de 16 mil lojas multimarcas e concessionárias oferecendo financiamentos de veículos e motos.

ORIGINAÇÃO DE VAREJO E CARTEIRA DE CRÉDITO

Durante o 4T20, originamos uma média mensal de R\$ 3.421 milhões em novos créditos, frente aos R\$ 2.288 milhões do 3T20 e aos R\$ 1.847 milhões do 4T19, registrando um crescimento de 50% no trimestre e de 85% em 12 meses.

O crescimento foi resultado de uma expansão em todas as nossas linhas de negócios. No *business* de crédito consignado, a originação se beneficiou da mudança regulatória aprovada para o último trimestre de 2020 que expandiu a margem consignável do empréstimo de 30% para 35% da renda.

Em veículos, a otimização da nossa esteira de crédito e os ganhos com a digitalização do processo de contratação aceleraram de forma significativa a originação, com um crescimento de 56,4% frente ao 3T20. Já em cartões de crédito, a originação é beneficiada pelo desempenho do nossa Conta Digital, sendo um importante produto de ativação e engajamento do nosso cliente.

A Carteira de Crédito Expandida encerrou o 4º trimestre com saldo de R\$ 28.907 milhões, apresentando crescimento de 14% em relação ao saldo de R\$ 25.300 milhões no encerramento do 3º trimestre de 2020, e crescimento de 22% em relação ao saldo de R\$ 23.785 milhões do 4º trimestre de 2019. A carteira core - composta pelas carteiras de crédito consignado, financiamento de veículos e cartões de crédito - apresentou crescimento de 25% nos últimos 12 meses. Já as carteiras de Crédito Corporativo e Imobiliário, ambas em run off, apresentaram recuo de 69% e 17% em 12 meses, respectivamente.

No 4º trimestre de 2020, a tendência de melhora das nossas métricas de inadimplência se confirmou com uma redução significativa indicador de créditos vencidos acima de 90 dias sobre a carteira total para 5,5% frente a 6,7% no 3T20, retornando ao patamar pré-crise.

De forma geral, durante a crise de 2020, o banco adotou uma postura conservadora na prorrogação de contratos (apenas 2 parcelas) e, desde o início da pandemia, postergou menos de 1% da carteira, sendo que todas os contratos prorrogados tinham garantias. Além disso, no 4T20, 97% das parcelas subsequentes vencidas já tinham sido quitadas.

O indicador mais curto de inadimplência, de 15 a 90 dias de atraso, apresentou uma redução importante de 7,3% no 3T20 para 6,3% no 4T20, apresentando índices mais baixos do que o pré-crise. Além disso, o perfil resiliente da carteira de crédito, cujos créditos consignados e créditos com garantias respondem por 93% do portfólio, se manteve estável.

Além de reter créditos em carteira, temos como estratégia ceder créditos sem coobrigação para terceiros como ferramenta usual de gestão de capital e liquidez e realizamos cessão de R\$ 2.523 milhões no 4º trimestre, frente aos R\$ 1.744 milhões cedidos no 3º trimestre e ao montante de R\$ 1.680 milhões no 4T19. Entretanto, mesmo realizando cessões de crédito, fomos capazes de expandir nossa carteira de crédito retida de maneira relevante, demonstrando nossa grande capacidade de originação. Quando observamos o crescimento da carteira core (consignado + veículos + cartões), vemos um aumento de 15% e 25% respectivamente contra o 3T20 e o 4T19.

O saldo de Carteira de Crédito Originada, que considera tanto a Carteira de Crédito Expandida como o saldo das carteiras cedidas para os acionistas controladores ("Carteira off-balance"), encerrou o trimestre em R\$ 36,8 bilhões.

CONSIGNADO (Empréstimo e Cartão de Crédito)

O 4T20 foi marcado pelo aumento temporário de margem consignável e concedemos R\$ 5.211 milhões em empréstimos para servidores públicos e beneficiários do INSS, frente aos volumes de R\$ 3.274 milhões no 3T20 e aos R\$ 2.508 milhões no 4T19, registrando um aumento de 59% e 108%, comparado ao trimestre anterior e em 12 meses, respectivamente. No ano de 2020, concedemos R\$ 14.456 milhões frente aos R\$ 10.392 milhões concedidos em 2019, apresentando um aumento de 40%.

Em cartões de crédito consignado, originamos R\$ 185 milhões no 4T20, frente aos R\$ 342 milhões originados no 3T20 e aos R\$ 232 milhões originados no 4T19. No ano de 2020, concedemos R\$ 972 milhões frente aos R\$ 891 milhões concedidos em 2019, apresentando um aumento de 9%.

Nossa originação é otimizada pela nossa plataforma de formalização digital que, no 4º trimestre de 2020, atingiu 74% dos contratos originados. Em dezembro, o volume superou 82% da originação total.

A plataforma permite a contratação digital de empréstimos consignados, 100% paperless e com assinatura por biometria facial, tornando a operação mais eficiente e rentável, além de proporcionar economia de custo, maior segurança e velocidade na contratação, gerando uma experiência melhor para todos os envolvidos e fidelização, especialmente neste momento com as restrições de quarentena.

Para nossos parceiros, a plataforma se mostrou uma ferramenta importante, tanto para a redução do custo com fraudes quanto para a maior agilidade na conclusão das operações. Essa plataforma, aliada ao posicionamento de mercado e ao relacionamento com os parceiros comerciais, permite que o PAN se mantenha como player relevante em convênios federais, figurando entre os maiores originadores no mercado de crédito a beneficiários e pensionistas do INSS.

A carteira de empréstimos consignados encerrou o trimestre com saldo de R\$ 13.098 milhões, frente aos R\$ 11.205 milhões do 3º trimestre de 2020 e aos R\$ 10.684 milhões do 4º trimestre de 2019, apresentando crescimento de 17% no trimestre e 23% na comparação anual. Já a carteira de cartões de crédito consignado encerrou o trimestre com saldo de R\$ 2.031 milhões, registrando uma leve redução de 2% frente ao saldo de R\$ 2.069 milhões do trimestre anterior e alta de 11% em relação ao saldo de R\$ 1.822 milhões no 4T19.

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Após sofrer com os efeitos da pandemia no 2º trimestre de 2020, o mercado de veículos se recuperou ao longo do ano e no 4º trimestre de 2020 e foram originados R\$ 2.683 milhões em novos financiamentos de veículos leves e motos, crescimento de 56% em comparação aos R\$ 1.715 milhões do 3º trimestre de 2020 e 66% frente aos R\$ 1.621 milhões originados no 4º trimestre de 2019.

De forma geral, nos recuperamos mais rapidamente do que o mercado apresentando ganho de participação no ano, tanto em motos como no segmento de veículos usados, onde alcançamos 11% de market share.

No trimestre, a formalização digital avançou de forma muito expressiva alcançando 99% dos contratos assinados via biometria facial, beneficiando a operação especialmente neste momento de quarentena.

Além da plataforma de formalização, temos uma plataforma exclusiva que permite a simulação de financiamento e pré-análise de crédito com poucas informações, além do acompanhamento das propostas e emissão do laudo do veículo, proporcionando agilidade ao processo e uma melhor experiência para nosso parceiro comercial e cliente final.

De forma geral, atuamos com foco no financiamento de carros usados (majoritariamente entre 4 e 8 anos de uso) e motos novas, capturando os benefícios de nossa expertise em crédito e cobrança para otimizar a relação risco x retorno. Originamos os financiamentos através de uma rede extremamente pulverizada de lojas multimarcas e concessionárias parceiras.

Em motos, somos o banco líder em originação, focado no público mais jovem, capturando excelente performance dado nosso longo histórico, experiência e conhecimento de crédito.

A originação de veículos leves foi de R\$ 2.191 milhões no 4º trimestre de 2020, frente aos R\$ 1.169 milhões originados no 3º trimestre de 2020 e aos R\$ 1.273 milhões originados no 4º trimestre de 2019, enquanto que no ano de 2020 originamos R\$ 5.322 milhões frente aos R\$ 4.310 milhões originados em 2019, registrando um aumento de 23%. Já no segmento de motos, foram originados R\$ 492 milhões no 4º trimestre de 2020, frente aos R\$ 547 milhões no 3º trimestre de 2020 e aos R\$ 349 milhões no 4º trimestre de 2019, enquanto que no ano de 2020 foi originado R\$ 1.592 milhões frente aos R\$ 1.201 milhões de 2019, registrando um aumento de 33%.

A carteira de crédito de veículos encerrou o trimestre em R\$ 11.140 milhões, com crescimento de 14% em relação aos R\$ 9.759 milhões do 3º trimestre de 2020 e 26% em relação aos R\$ 8.854 milhões ao final do 4º trimestre de 2019.

CARTÕES DE CRÉDITO

Alavancados pelo crescimento da nossa Conta Digital e em linha com a nossa estratégia de diversificação de clientes e produtos, continuamos com a forte evolução do segmento de cartões de crédito utilizando, além do nosso canal na conta digital, nossos parceiros para originar novos cartões e ampliar nossa base de clientes. A jornada digital completa dos nossos clientes segue como prioridade e temos visto evoluções importantes nesse sentido.

Conforme mencionamos anteriormente, intensificamos o relacionamento com parceiros para ampliação da distribuição dos cartões de crédito em marketplaces e lançamento de cartões co-branded. Essas parcerias, além da ampliação do número de clientes incentivam o processo de inovação, diversificam nossas fontes de originação e ampliam a gama de informações que alimentam nossos modelos de crédito.

Os canais digitais foram responsáveis pela maior parte das vendas. Este volume também foi alavancado pelo aumento das ações de venda, mudanças relevantes no cross sell e elevação da eficiência em analytics e CRM.

Durante o 4º trimestre de 2020, as transações efetuadas com cartões de crédito somaram R\$ 2.184 milhões, registrando um crescimento de 43% frente aos R\$ 1.532 milhões transacionados no 3º trimestre de 2020, e 85% frente aos R\$ 1.178 milhões do 4º trimestre de 2019. No ano de 2020, foram transacionados um total de R\$ 5.996 milhões, um crescimento de 63% frente aos R\$ 3.686 milhões de 2019.

Esse crescimento é fruto de um maior engajamento, maior satisfação com nosso produto e ampliação da nossa base de clientes.

A carteira de cartões encerrou o trimestre com saldo de R\$ 1.772 milhões, registrando crescimentos de 25% e 63% frente aos saldos de R\$ 1.422 milhões e R\$ 1.087 milhões, do 3º trimestre de 2020 e do 4º trimestre de 2019, respectivamente.

SEGUROS

No 4T20, originamos R\$ 150,4 milhões em prêmios de seguros, frente aos R\$ 104,7 milhões e aos R\$ 85,1 milhões originados no 3º trimestre de 2020 e no 4º trimestre de 2019, respectivamente. Dentre os prêmios originados no trimestre, observam-se: R\$ 127,9 milhões em seguros de proteção de crédito, R\$ 5,2 milhões em seguros de cartões, R\$ 3,1 milhões em seguros habitacionais e R\$ 14,2 milhões em outros seguros, que englobam nossos novos produtos: PAN Moto Assistência e Garantia Mecânica. Em 2020, originamos R\$ 412 milhões em prêmios.

Nosso *business* de seguros segue sendo prioridade dentro da nossa estratégia de diversificação, cross sell e expansão da nossa plataforma completa de serviços bancários. Ao longo de 2020, novos produtos foram lançados, focados em atender as necessidades específicas do nosso cliente.

Além disso, em 2021 nosso portfólio de produtos vai se expandir ainda mais, fidelizando nosso cliente e facilitando a contratação de serviços em uma one-stop-shop platform.

CRÉDITO PARA EMPRESAS (run off)

A carteira de Crédito para Empresas, encerrou o trimestre com saldo de R\$ 224 milhões, frente ao saldo de R\$ 238 milhões ao final do 3º trimestre de 2020 e ao saldo de R\$ 732 milhões no 4º trimestre de 2019. A carteira está integralmente provisionada e apresenta bom nível de garantias.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO (run off)

O saldo dos créditos imobiliários concedidos para Pessoas Físicas encerrou o 4º trimestre de 2020 em R\$ 372 milhões, frente aos R\$ 379 milhões no 3º trimestre de 2020 e R\$ 442 milhões no 4º trimestre de 2019, apresentando nível bastante conservador de provisionamento.

Os créditos concedidos para Pessoa Jurídica totalizavam R\$ 40 milhões (integralmente provisionados) no encerramento do 4º trimestre de 2020, frente aos R\$ 44 milhões do 3º trimestre de 2020 e aos R\$ 54 milhões do 4º trimestre de 2019.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 27,0 bilhões no encerramento do 4º trimestre de 2020, apresentando a seguinte composição: (i) R\$ 12,7 bilhões em depósitos a prazo, representando 47% do total; (ii) R\$ 8,7 bilhões em depósitos interfinanceiros, ou 32% do total; (iii) R\$ 5,0 bilhões referente a emissões de letras financeiras, ou 19% do total; (iv) letras de crédito imobiliário com saldo de R\$ 327 milhões, ou 1% do total; e (v) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 180 milhões, equivalentes a 1% das captações totais.

RESULTADOS

MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA GERENCIAL – NIM

No 4º trimestre de 2020, a NIM Gerencial foi de 21,9% frente aos 20,5% do 3º trimestre de 2020 e aos 19,9% do 4º trimestre de 2019. Já em 2020, a NIM Gerencial foi de 19,0% frente aos 17,3% de 2019. Este patamar se manteve alto, e está relacionado aos spreads robustos das operações de crédito, a expansão das novas linhas de crédito com margens maiores e aos ganhos na cessão de carteira.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS COM PDD

As despesas de provisões para créditos totalizaram R\$ 329 milhões no 4º trimestre de 2020, frente aos R\$ 366 milhões do 3º trimestre de 2020 e aos R\$ 301 milhões do 4º trimestre de 2019. Em 2020, as despesas de provisão para créditos totalizaram R\$ 1.432 milhões, frente aos R\$ 1.224 milhões em 2019 (sem considerar despesas de provisão adicional no montante de R\$ 338 milhões realizado no 4T19).

No 4º trimestre de 2020, o valor da recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo totalizou R\$ 82 milhões no trimestre, frente aos R\$ 66 milhões recuperados no 3º trimestre de 2020 e aos R\$ 59 milhões recuperados no 4º trimestre de 2019. Já em 2020, o valor de créditos recuperados foi de R\$ 287 milhões frente aos R\$ 240 milhões do ano anterior, representando um crescimento de 19% na recuperação de crédito.

Dessa forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 247 milhões, frente aos R\$ 300 milhões do 3º trimestre de 2020 e aos R\$ 243 milhões do 4º trimestre de 2019. Em relação à carteira, estas despesas líquidas de recuperação recuaram de 4,8% no 3º trimestre de 2020 para 3,6% no 4º trimestre de 2020. No ano de 2020 a despesa líquida de provisão de crédito foi de R\$ 1.145 milhões frente aos R\$ 984 milhões de 2019, registrando um recuo das despesas líquidas de recuperação de 4,5% para 4,4%.

CUSTOS E DESPESAS

As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 452 milhões no 4º trimestre de 2020, frente aos R\$ 398 milhões no 3º trimestre de 2020 e aos R\$ 402 milhões do 4º trimestre de 2019, refletindo gastos principalmente com pessoal e cobrança e sendo impactadas por um one-off relacionado a baixa de investimentos na plataforma de formalização digital. No ano de 2020, as despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 1.605 milhões frente aos R\$ 1.332 milhões de 2019.

As despesas com originação de créditos somaram R\$ 539 milhões ao final do trimestre frente aos R\$ 316 milhões do 3º trimestre de 2020 e aos R\$ 247 milhões do 4º trimestre de 2019, acompanhando os fortes volumes de originação de crédito e a expansão da nossa base de clientes. Em 2020, totalizaram em R\$ 1.347 milhões frente aos R\$ 959 milhões de 2019.

RESULTADO LÍQUIDO

No 4º trimestre de 2020, registramos LAIR de R\$ 261 milhões, se mantendo estável frente ao LAIR de R\$ 259 milhões do 3º trimestre de 2020 e de 22% frente ao LAIR de R\$ 215 milhões do 4º trimestre de 2019. Já no ano de 2020, registramos um LAIR de R\$ 938 milhões com crescimento de 35% frente ao LAIR de R\$ 694 milhões em 2019.

O Lucro Líquido foi de R\$ 171 milhões, se mantendo estável em relação ao lucro de R\$ 170 milhões do 3º trimestre de 2020 e crescimento de 2% frente ao lucro de R\$ 168 milhões do 4º trimestre de 2019. Já no ano de 2020, registramos um Lucro Líquido recorde de R\$ 656 milhões com crescimento de 27% frente ao Lucro Líquido de R\$ 516 milhões em 2019.

Os principais fatores que vem contribuindo positivamente para os resultados dos últimos trimestres são: (i) margem financeira robusta; (ii) aumento da eficiência; e (iii) custo de crédito sob controle.

O retorno anualizado sobre patrimônio líquido médio foi de 13,0% no 4º trimestre de 2020, frente ao retorno de 13,2% no 3º trimestre de 2020 e de 13,7% no 4º trimestre de 2019. O retorno ajustado anualizado (não auditado) foi de 20,9% no 4º trimestre de 2020, frente aos retornos de 21,5% no 3º trimestre de 2020 e de 24,6% no 4º trimestre de 2019. No ano de 2020, o retorno sobre patrimônio líquido médio foi de 12,8% frente aos 11,4% em 2019. O retorno ajustado (não auditado) foi de 21,4% em 2020 frente aos 22,5% em 2019.

O ajuste consiste na adequação de dois legados remanescentes: (i) o excesso de despesa financeira de CDB pré-fixados emitidos entre 2005 e 2008 (com vencimento médio em 2023), comparado com o custo de funding atual do PAN para o mesmo prazo e (ii) o excedente de crédito tributário de prejuízo fiscal, em relação ao mercado bancário, advindo das inconsistências contábeis encontradas em 2010.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E CAPITAL

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 5.317 milhões em dezembro de 2020, frente aos R\$ 5.221 milhões em setembro de 2020 e aos R\$ 4.926 milhões em dezembro de 2019.

O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial encerrou o 4º trimestre de 2020 em 15,9% frente aos 16,5% registrados ao final do 3º trimestre de 2020, e aos 15,6% registrados no 4º trimestre de 2019, todos compostos integralmente por Capital Principal.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o PAN contratou a PwC em 2020 para prestar os seguintes serviços: (i) emissão de relatório de diligência em operações de mercado de capitais no valor de R\$ 900 mil; (ii) *Brand Protection* no valor de R\$ 432 mil; (iii) consultoria relacionada à área de segurança cibernética no valor de R\$ 370 mil; e (iv) emissão de relatório sobre controles internos relativos a operações de cessão de crédito no valor de R\$ 264 mil, totalizando montante superior aos 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do PAN, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

Financiamento que cabe no bolso pra quem faz o veículo dos sonhos acontecer.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PAN S.A. ("Banco", "Banco PAN", "Instituição" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Em fevereiro de 2020, lançou sua conta digital e com isso oferece uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros focados nas classes C, D e E. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, limite emergencial (cheque especial) bem como venda de seguros. Nos serviços, além de todo o transacional inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário. O Banco PAN possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, e também administração de grupos de consórcios de veículos e imobiliário. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3.h). Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas da intermediação financeira.

O Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e pela Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR ("CAIXAPAR"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, mediante acordo de acionistas.

Em 31/12/2020 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:

	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
BTG Pactual	334.131	50,8	206.371	37,7	540.502	44,9
CAIXAPAR	323.430	49,2	-	-	323.430	26,8
Mercado	-	-	341.124	62,3	341.124	28,3
Total	657.561	100,0	547.495	100,0	1.205.056	100,0

a) Eventos societários

O aumento de capital, decorrente da oferta primária de ações, realizada pelo Banco PAN em set/19, foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020, de forma que o capital social do Banco PAN passou a ser de R\$ 4.175.222.121,46, representado por 1.205.056 mil ações.

Em 12/08/2020 e em 20/08/2020 o Banco PAN comunicou ao mercado em geral sobre a realização de oferta pública de distribuição secundária, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, de 89.599.665 (oitenta e nove milhões, quinhentas e noventa e nove mil, seiscentas e sessenta e cinco) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão do Banco PAN e de titularidade exclusiva da CAIXAPAR ("Acionista Vendedor"). A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração do Acionista Vendedor em 27/08/2020, sendo o preço por ação de R\$ 8,30, resultando em um montante total de R\$ 743.677.219,50. Em 03/09/2020 a CAIXAPAR informou ao Banco PAN que alienou a totalidade de suas ações preferenciais, correspondente a 89.599.665 ações de emissão da Companhia, informando, ainda, que referida alienação não altera a sua posição de ações ordinárias de emissão da Companhia e, por consequência, não houve qualquer alteração na composição do controle ou na estrutura administrativa da Companhia, bem como não houve alteração do Acordo de Acionistas vigente da Companhia.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis do Banco e suas empresas controladas (Consolidado), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

a) Consolidado:

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco PAN foram aprovadas pela Diretoria em 25/01/2021 e pelo Conselho de Administração em 02/02/2021. As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2020	31/12/2019
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00

b) Reclassificação dos itens das demonstrações contábeis:

A Instituição, em atendimento às normas do BACEN - Resolução nº 4.720 de 30/05/2019 e Resolução nº 2 de 12/08/2020, está apresentando as contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade, desta forma, está evidenciado em Notas Explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo.

Abaixo apresentamos as reclassificações patrimoniais e de resultado consolidado para a data base de 31/12/2019.

• DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

PUBLICADO	ATUAL		
	31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019
Outras despesas administrativas (a)	(2.164.636)	(18)	(2.164.654)
Despesas de provisões (b)	-	(200.206)	(200.206)
Outras receitas/(despesas) operacionais (c)	(1.541.561)	200.224	(1.341.337)

(a) Refere-se a valores que estavam alocados em Outras despesas operacionais e foram reclassificados para Outras despesas administrativas;

(b) Refere-se a valores que estavam em Outras despesas operacionais e foram reclassificados para Provisões; e

(c) Considera todas as alocações dos itens (a) e (b).

O lucro líquido por ação do Banco PAN também sofreu alteração em decorrência da adoção às normas acima citadas. Em 31/12/2019 o lucro líquido por ação divulgado foi de R\$ 0,44.

• ATIVO CONSOLIDADO

Nomenclatura anterior (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	PUBLICADO		ATUAL	
	31/12/2019	31/12/2019	Nomenclatura atual	31/12/2019
Rendas a receber	1.874	1.874	Outros ativos	
Negociação e intermediação de valores	3.066	3.066	Outros ativos financeiros	
Recebíveis imobiliários	4.588	4.588	Outros ativos financeiros	
Diversos	2.462.578	2.462.578	Outros ativos financeiros	
Diversos	3.839.695	3.839.695	Ativos fiscais	
Diversos	349.630	349.630	Outros ativos	

• PASSIVO CONSOLIDADO

Nomenclatura anterior	PUBLICADO		ATUAL	
	31/12/2019	31/12/2019	Nomenclatura atual	31/12/2019
Relações interdependências	247	247	Diversas	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	7.176	7.176	Diversas	
Fiscais e previdenciárias	441.713	441.713	Obrigações fiscais	
Negociação e intermediação de valores	20.481	20.481	Diversas	
Dívidas subordinadas	1.885.320	1.885.320	Outros passivos financeiros	
Diversas	201.523	201.523	Outros passivos financeiros	
Diversas	591.125	591.125	Provisões	
Resultado de exercícios futuros	2	2	Diversas	

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação:

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e apresentados no balanço patrimonial, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. São classificadas nas seguintes categorias:

• Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

• Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do exercício, quando efetivamente realizados; e

• Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

f) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificadas de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgadas pela B3 S.A.. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A..

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e valor cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados na nota 7.c.

g) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente, calculadas "pro-rata-dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros, até o 59º dia de atraso.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância às diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativa às operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativos.

h) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

• Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

• Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

i) Outros valores e bens:

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio, correspondem a bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados. As despesas antecipadas correspondem a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.

j) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

k) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

l) Intangível:

Corresponde a ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição e pelos demais custos diretamente atribuíveis, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágio pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos lógicos. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou

ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização o/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota Explicativa 32.

o) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de Administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, sendo os principais critérios os seguintes:

• Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização;

• Provisões - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

r) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

s) Lucro por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações pela média ponderada das ações em circulação em poder dos acionistas nas datas das demonstrações contábeis.

t) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativamente; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes das ações civis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros; e (vii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

u) Classificação de resultado recorrente e não recorrente:

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2, de 12/08/2020, o PAN classifica o resultado recorrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria, que se baseia na segregação dos eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do PAN.

v) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO E RESULTADO RECORRENTE

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Disponibilidades	2.905	19	1.950	12	(32)	4.854
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.251.889	7.161	-	-	(7.112)	1.251.938
Títulos e valores mobiliários e derivativos	2.721.513	60.562	154.117	360.866	(351.506)	2.945.532
Relações interfinanceiras	9.047	-	-	-	-	9.047
Operações de						

Portabilidade de Salário para ter tudo o que precisa em um só lugar.



* sujeito à análise de crédito

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	31/12/2020	31/12/2019
Banco e Consolidado		
Rendimentos de aplicações em operações compromissadas:	35.648	19.057
Posição bancada	35.648	18.979
Posição financiada	-	78
Rendimentos de aplicações em depósitos interfinanceiros	24	253
Total (Nota 7.d)	35.672	19.310

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos, em 31/12/2020 e em 31/12/2019, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e valores mobiliários	2.721.513	1.843.230	2.945.552	2.087.652
Carteira própria:	1.232.193	727.913	1.455.548	972.231
Notas do Tesouro Nacional - NTN	686.952	550.051	686.952	550.051
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	544.907	177.520	544.907	177.520
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	334	342	334	342
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	223.355	244.318
Vinculados à prestação de garantias:	193.389	287.937	194.073	288.041
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	193.389	287.937	193.389	287.937
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	684	104
Vinculados a compromisso de recompra:	1.295.931	297.944	1.295.931	297.944
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.137.705	190.818	1.137.705	190.818
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	158.226	107.126	158.226	107.126
Vinculados ao Banco Central:	-	529.436	-	529.436
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (1)	-	529.436	-	529.436
Instrumentos financeiros derivativos	-	288.103	-	288.103
Diferenciais a receber de swap (Nota 7.c)	-	288.103	-	288.103
Total	2.721.513	2.131.333	2.945.552	2.375.755

(1) Valor vinculado ao BACEN, decorrente do aumento de capital do Banco PAN aprovado pelo Conselho de Administração em 19/09/2019, que foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020.

b) Composição por categorias e prazos:

	31/12/2020						31/12/2019					
	Circulante		Não Circulante		Ajuste de marcação		Circulante		Não Circulante		Ajuste de marcação	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil atualizado	Valor de custo	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil atualizado	Valor de custo	Ajuste de marcação a mercado	
Banco												
Títulos para negociação:	-	7.229	208.642	38.516	-	254.387	254.956	(569)	359.782	(569)	(39)	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	7.229	208.642	38.516	-	254.387	254.956	(569)	359.782	(569)	(39)	
Títulos disponíveis para venda:	-	276.320	344.466	12.674	8.674	642.134	642.917	(783)	742.237	(783)	3	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	276.320	344.466	12.674	8.674	642.134	642.917	(783)	742.237	(783)	3	
Títulos mantidos até o vencimento:	334	485.186	661.180	235.165	443.127	1.824.992	1.824.992	-	741.211	-	-	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	485.186	661.180	235.165	443.127	1.824.658	1.824.658	-	740.869	-	-	
Fundos do Desenvolvimento Social - FDS	334	-	-	-	-	334	334	-	342	-	-	
Total	334	768.735	1.214.288	286.355	451.801	2.721.513	2.722.865	(1.352)	1.843.230	(1.352)	(36)	

	31/12/2020						31/12/2019					
	Circulante		Não Circulante		Ajuste de marcação		Circulante		Não Circulante		Ajuste de marcação	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil atualizado	Valor de custo	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil atualizado	Valor de custo	Ajuste de marcação a mercado	
Consolidado												
Títulos para negociação:	-	7.229	208.642	38.516	-	254.387	254.956	(569)	359.782	(569)	(39)	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	7.229	208.642	38.516	-	254.387	254.956	(569)	359.782	(569)	(39)	
Títulos disponíveis para venda:	-	298.253	546.572	12.674	8.674	866.173	902.260	(36.087)	986.659	(36.087)	(21.754)	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	276.320	344.466	12.674	8.674	642.134	642.917	(783)	742.237	(783)	3	
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	21.511	201.844	-	-	223.355	258.659	(35.304)	244.318	(35.304)	(21.757)	
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	422	262	-	-	684	684	-	104	-	-	
Títulos mantidos até o vencimento:	334	485.186	661.180	235.165	443.127	1.824.992	1.824.992	-	741.211	-	-	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	485.186	661.180	235.165	443.127	1.824.658	1.824.658	-	740.869	-	-	
Fundos do Desenvolvimento Social - FDS	334	-	-	-	-	334	334	-	342	-	-	
Total	334	790.668	1.416.394	286.355	451.801	2.945.552	2.942.208	(36.656)	2.087.652	(36.656)	(21.793)	

- (1) Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA") e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("B3 S.A."). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis; e
- (2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em "Títulos mantidos até o vencimento", cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 51.857 (31/12/2019 - superior em R\$ 41.832); e atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e
- (3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedging*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco e exposição cambial de operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge accounting*. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, assim como os títulos e valores mobiliários classificados como "negociação" ou "disponível para venda", são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou a cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A.. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de swap, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A. ajustado pelo risco de crédito de contraparte (CVA).

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e swap) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

ii) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

	Custo atualizado		Saldo contábil		Circulante		Total em 31/12/2020		Total em 31/12/2019	
	Até 30 dias	Até 90 dias	Até 180 dias	Até 360 dias	Até 30 dias	Até 90 dias	Até 180 dias	Até 360 dias	Até 30 dias	Até 90 dias
Banco e Consolidado										
Posição ativa:										
Swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	288.103
Posição passiva:										(124.979)
Swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.979)
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	163.124
Contratos Futuros (a)										(5.538)
Contratos futuros	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(5.538)
Posição ativa	2.394	2.394	2.394	2.394	2.394	2.394	2.394	2.394	2.394	3.065
Posição passiva	(9.261)	(9.261)	(9.261)	(9.261)	(9.261)	(9.261)	(9.261)	(9.261)	(9.261)	(6.504)
Total	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	157.586

(a) Contabilizados em contas de negociação e intermediação de valores.

iii) Valor dos Instrumentos Financeiros Derivativos por Indexador:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor de Referência	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado
Banco e Consolidado				
Contratos de Swap				
Posição ativa:	-	470.910	281.679	6.424
Moeda Estrangeira	-	470.910	281.679	6.424
Posição passiva:	-	2.225.560	(117.033)	(7.946)
Mercado Interfinanceiro	-	678.355	(20.306)	(2.137)
Pré-fixado	-	1.547.205	(96.727)	(5.809)
Contratos Futuros				
Compromissos de Compra:	1.319.785	1.397.077	-	-
Mercado Interfinanceiro	1.041.512	1.315.611	-	-
Outros	103.273	81.466	-	-
Compromissos de Venda:	20.268.647	13.127.996	-	-
Mercado Interfinanceiro	20.162.784	13.042.503	-	-
Moeda Estrangeira	2.590	4.027	-	-
Outros	103.273	81.466	-	-
Total	21.588.432	17.221.543	164.646	(1.522)

iv) Abertura por vencimento (valor de referência):

	31/12/2020		31/12/2019	
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias
Banco e Consolidado				
Swap				
Dólar x CDI	-	-	-	-
CDI x Pré	-	-	-	-
Contratos futuros	1.832.660	2.590	3.459.173	4.200.448
DI	103.918	-	-	-
Dólar	1.728.742	2.590	3.459.173	4.200.448
Total	1.832.660	2.590	3.459.173	4.200.448

v) Local de negociação e contrapartes:

	31/12/2020	31/12/2019
Banco e Consolidado		
B3 S.A. (balcão)	-	2.696.470
B3 S.A. (bolsa)	21.588.432	14.525.073
Total	21.588.432	17.221.543

Contrapartes: Em 31/12/2020 a contraparte é unicamente a B3 S.A. (B3 S.A. 84,34% e Instituições Financeiras 15,66% em 31/12/2019).

v) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos:

	Banco e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Títulos Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro (1)	96.724	205.344
Letras Financeiras do Tesouro (2)	-	524
Total	96.724	205.868

(1) Títulos dados em garantia da B3 S.A.; e

(2) Títulos dados em garantia de swaps.

vi) Hedge Contábil - Valor de Mercado:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Banco e Consolidado						
Instrumentos Financeiros						
Posição Ativa						
Swap - Dólar (2)	1.933.206	2.867.671	958.981	1.933.206	2.867.671	958.981
Posição Passiva	(18.633.887)	(15.216.800)	(3.416.807)	(18.633.887)	(15.216.800)	(3.416.807)
Objeto de Hedge						
Posição Ativa						
Operações de Crédito (3)	17.214.182	11.787.028	5.427.154	17.214.182	11.787.028	5.427.154
Posição Passiva						
Certificados de depósitos a prazo (1)	(920.015)	(920.015)	-	(920.015)	(920.015)	-
Dívidas Subordinadas no Exterior (2)	-	(1.876.865)	(1.876.865)	-	(1.876.865)	(1.876.865)

(

Empréstimo Pessoal on-line pra quem faz acontecer.

* sujeito a análise de crédito



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8.i)	2.803.410	1.772.618	2.803.410	1.772.618
Prêmio de performance das cessões	608.432	965.154	608.432	965.154
Consignado	2.234.372	2.202.061	2.234.372	2.202.061
Veículos	2.099.760	2.099.760	2.099.760	2.099.760
Cartão de crédito	935.493	801.019	935.493	801.019
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	281.652	233.061	281.652	233.061
Conta Garantida/Capital de giro	140.713	144.758	140.713	144.758
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	70.249	55.450	70.249	55.450
Renegociações	28.373	19.598	28.373	19.598
Crédito pessoal	11.690	4	11.690	4
Habitacionais	11.690	7.166	11.690	7.166
Rendas de empreendimentos imobiliários	919	947	919	947
Cheque especial	726	1	726	1
Financiamento à exportação	-	11.700	-	11.700
Outras	5	47	5	47
Ajuste a valor de mercado - Carteira Varejo (1)	47.044	26.925	47.044	26.925
Total	9.278.765	8.117.738	9.283.649	8.125.020

(1) Marcação a mercado de hedge contábil sobre os créditos de varejo: consignado e veículos.

9) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valores a receber por cessão de créditos	2.134.439	2.451.147	2.134.439	2.451.147
Negociação e intermediação de valores	3.394	3.066	3.394	3.066
Confissão de dívida (1)	2.121	11.431	3.121	11.431
Recebíveis imobiliários (2)	-	-	4.114	4.588
Total	2.139.954	2.465.644	2.144.068	2.470.232
Circulante	1.183.861	1.391.596	1.185.176	1.395.117
Não circulante	956.093	1.074.048	958.892	1.075.115

(1) Inclui provisão sobre confissão de dívida, cujo saldo em 31/12/2020 é de R\$ 15.314 (R\$ 29.027 em 31/12/2019) (Nota 8.c); e

(2) Indexadores INCC/IGPM/POUPANÇA/CDI e sem correção monetária, possui juros ao ano de 0 até 20,05% e vencimento em 15/11/2034.

10) OUTROS ATIVOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais e fiscais	174.062	197.786	194.926	219.413
Valores a receber de sociedades ligadas	18.798	19.814	13.411	13.227
Valores a receber de empréstimos consignados (1)	6.213	17.920	6.213	17.920
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	3.887	3.588
Outros (2)	119.805	94.040	134.776	97.356
Total	318.898	329.560	353.213	351.504
Circulante	276.836	293.698	292.177	290.991
Não circulante	42.062	35.862	61.036	60.513

(1) Refere-se basicamente a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Prefeituras, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2020 é de R\$ 32.040 (R\$ 31.779 em 31/12/2019) (Nota 8.c); e

(2) Inclui provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 7.502 (R\$ 7.178 em 31/12/2019) (Nota 8.c).

11) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2020	31/12/2019	Custo	Provisão para perdas	31/12/2020	31/12/2019
Valor Residual	314.596	(56.587)	258.009	279.298	322.344	(57.661)	264.683	287.012
Bens não de uso próprio	292.681	(48.408)	244.273	258.826	299.988	(49.059)	250.929	266.494
Imóveis	21.915	(8.179)	13.736	20.472	22.356	(6.602)	13.754	20.518
Veículos	556	-	445	556	556	-	445	556
Outros	315.152	(56.587)	258.565	279.743	322.900	(57.661)	265.239	287.457
Total	315.152	(56.587)	258.565	279.743	322.900	(57.661)	265.239	287.457
Circulante			258.565	279.743			265.239	287.457

b) Despesas antecipadas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Serviços do sistema financeiro	96.119	60.783	98.245	63.021
Processamento de dados	5.040	4.211	5.040	4.211
Manutenção de softwares	4.059	5.564	4.059	5.564
Gastos na emissão de títulos	244	1.778	244	1.778
Outras	1.826	10.004	1.831	10.007
Total	107.288	82.340	109.419	84.581
Circulante	70.416	26.840	71.386	27.728
Não circulante	36.872	55.500	38.033	56.853

12) INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social	Resultado ajustado	Saldo dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)		
			ON	PN			Cotas	%	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Pan Arrendamento Mercantil S.A. (2)	356.735	199.983	11	-	-	100,0	(5.549)	199.983	205.532	(5.549)	(149.248)
Pan Administradora de Consórcio Ltda. (2)	42.388	74.898	-	-	48.168	100,0	19.920	74.898	55.924	19.920	6.269
Brazilian Securities Companhia de Securitização (2) (3)	174.201	214.341	77.865	-	-	100,0	1.042	214.894	214.580	1.042	4.251
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (4)	107.662	183.070	0,2	0,5	-	100,0	8.019	183.070	177.894	8.019	13.208
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2) (3)	179.864	217.534	-	-	179.864	100,0	(2.769)	218.530	230.043	(2.769)	15.295
Total								891.375	883.973	20.663	(110.225)

(1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas que tiveram suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2020 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(3) O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 1.549, sendo R\$ 996 da BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. e R\$ 553 da Brazilian Securities Companhia de Securitização; e

(4) Empresa que teve sua demonstração contábil do exercício findo em 31/12/2020 auditada por outro auditor independente.

b) Outros investimentos:

	Banco e Consolidado	31/12/2020	31/12/2019
BW Properties S.A.		10.710	-
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)		1.536	765
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)		379	379
Total		12.625	1.144

13) IMOBILIZADO

a) Os ativos imobilizados são compostos por:

Banco e Consolidado	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2020	31/12/2019
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	43.069	(33.423)	9.646	17.038
Sistemas de segurança e comunicações	10%	2.974	(1.768)	1.206	633
Sistemas de processamento de dados	20%	36.277	(23.771)	12.506	10.957
Total em 31/12/2020		82.320	(58.960)	23.360	
Total em 31/12/2019		80.456	(51.828)	-	28.628

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

Banco e Consolidado	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total	
				31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 31/12/2019	17.038	633	10.957	28.628	
Aquisições	296	1.181	5.364	6.841	
Baixas	(978)	-	(21)	(999)	
Depreciação	(6.710)	(606)	(3.794)	(11.110)	
Saldo em 31/12/2020	9.646	1.208	12.506	23.360	

14) INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco	Taxa amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2020	31/12/2019
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	267.185	(210.106)	57.079	120.289
Ágio	10%	229.514	(193.174)	36.340	59.291
Total em 31/12/2020		496.699	(403.280)	93.419	-
Total em 31/12/2019		469.035	(289.455)	-	179.580

Consolidado	Taxa amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2020	31/12/2019
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	268.087	(210.836)	57.251	120.503
Ágio	10%	250.532	(210.864)	39.668	64.721
Total em 31/12/2020		518.619	(421.700)	96.919	-
Total em 31/12/2019		490.955	(305.731)	-	185.224

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2020	
					Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio
	120.289	-	-	57.079	179.580	
	-	31.266	-	(112)	31.266	
	-	(112)	-	-	(112)	
	-	(94.364)	-	(22.951)	(117.315)	
Saldo em 31/12/2020	120.289	36.340	93.419	36.340	93.419	
Consolidado	120.503	64.721	185.224	64.721	185.224	
	-	31.266	-	-	31.266	
	-	(112)	-	-	(112)	
	-	(94.406)	-	(25.053)	(119.459)	
Saldo em 31/12/2020	120.503	39.668	96.919	39.668	96.919	

15) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

Banco	Circulante				Não circulante				
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos à vista	76.092	-	-	-	76.092	26.614	-	76.092	26.614
Depósitos interfinanceiros	2.933.804	5.768.786	10	283.606	24.909	9.011.115	8.629.103	9.011.115	8.629.103
Depósitos a prazo (1)	605.680	464.230	1.009.758	2.011.221	9.003.249	13.094.138	11.701.147	13.094.138	11.701.147
Total em 31/12/2020	3.615.576	6.233.016	1.009.768	2.294.827	9.028.158	22.181.345	-	22.181.345	-
Total em 31/12/2019	8.667.798	701.951	824.116	2.818.821	7.344.178	-	20.356.864	-	20.356.864

Consolidado	Circulante				Não circulante				
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos à vista	76.056	-	-	-	76.056	26.574	-	76.056	26.574
Depósitos interfinanceiros	2.933.804	5.768.781	-	45.130	-	8.747.715	8.365.928	-	8.365.928
Depósitos a prazo (1)	598.100	449.436	955.563	1.974.748	8.764.785	12.742.632	11.367.477	-	11.367.477
Total em 31/12/2020	3.607.960	6.218.217	955.563	2.019.878	8.764.785	21.566.403	-	21.566.403	-
Total em 31/12/2019	8.639.222	695.433	813.812	2.464.562	7.146.950	-	19.759.979	-	19.759.979

(1) Objeto de hedge contábil (Nota 7.c).

b) Captações no mercado aberto:

Banco	Circulante				Não circulante				
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Carteira Própria	1.307.042	-	-	5.004	2.109	1.314.155	303.856	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	5.004	2.109	158.110	107.140	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.156.045	-	-	-	-	1.156.045	196.716	-	-
Total em 31/12/2020	1.307.042	-	-	5.004	2.109	1.314.155	303.856	-	-
Total em 31/12/2019	196.716	2.157	-	1.497	-	-	303.856	-	-

Consolidado	Circulante				Não circulante				
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Carteira Própria	1.307.042	-	-	-	-	1.307.042	295.805	-	-</

Comece a investir a partir de R\$ 1,00 pra fazer o futuro acontecer.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio/dividendos:

	31/12/2020	% (1)	31/12/2019	% (1)
Lucro líquido	655.569		515.935	
(-) Reserva Legal	(32.778)		(25.797)	
Base de cálculo	622.791		490.138	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados/pagos	246.130		198.000	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(36.919)		(29.700)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados/pagos	209.211		168.300	
Dividendos propostos	8.766		3.248	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	217.977	35%	171.548	35%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre a base de cálculo.

22) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Operações de crédito	253.353	204.101	253.365	204.129
Rendas de cartão	130.520	118.041	130.520	118.041
Rendas de intermediação de negócios	80.207	59.015	80.207	59.015
Administração de consórcios	-	-	10.039	25.290
Outras	7.847	10.792	8.125	11.179
Total	471.927	391.949	482.256	417.654

23) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Proventos	367.125	307.154	368.047	308.370
Encargos sociais	98.596	87.673	98.899	87.978
Benefícios (Nota 31)	81.895	74.325	82.155	74.627
Honorários (Nota 29.b)	16.900	24.155	16.900	24.155
Outros	8.151	6.565	8.151	6.565
Total	572.667	499.872	574.152	501.695

24) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.520.892	1.060.297	1.523.302	1.065.441
Serviços de terceiros	424.453	390.951	426.859	408.856
Processamentos de dados	273.701	221.383	273.917	222.961
Serviços do sistema financeiro	214.580	164.012	215.463	164.842
Propaganda, promoções e publicidade	118.799	64.906	118.872	65.245
Depreciação e amortização	105.474	41.978	105.516	42.021
Aluguéis	81.020	55.280	81.411	55.651
Comunicações	68.242	46.937	68.374	47.138
Despesas com busca e apreensão de bens	20.318	30.339	20.344	30.354
Manutenção e conservação de bens	6.047	6.243	6.050	6.243
Transporte	3.582	5.815	3.587	5.828
Taxas e emolumentos	2.331	3.941	2.896	4.624
Água, energia e gás	2.267	2.644	2.269	2.650
Viagens	1.724	6.773	1.726	6.779
Materiais de consumo	1.506	1.759	1.506	1.759
Outras	44.395	32.826	45.591	34.256
Total	2.889.331	2.136.084	2.907.683	2.164.654

25) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição à COFINS	231.896	162.926	234.358	168.571
Contribuição ao PIS	37.683	26.476	38.144	27.523
Imposto sobre serviços	20.914	17.939	21.129	18.467
Impostos e taxas	3.127	5.844	3.914	8.214
Total	293.620	213.185	297.545	222.775

26) DESPESAS DE PROVISÕES

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão/reversão de processos cíveis	(136.584)	(158.411)	(139.099)	(161.806)
Provisão/reversão de processos trabalhistas	(53.827)	(15.532)	(50.408)	(14.143)
Provisão/reversão de processos tributários	(478)	(1.589)	(7.057)	(24.257)
Total	(190.889)	(175.532)	(196.564)	(200.206)

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação de encargos e despesas	124.081	248.239	129.325	250.319
Varição monetária / cambial	24.902	38.513	21.643	39.479
Despesas com operações de crédito cedidas	(1.468.851)	(1.414.338)	(1,468.851)	(1,414,338)
Descontos concedidos	(113.136)	(102.507)	(113.136)	(102.507)
Prejuízo com operações de crédito/financiamento e fraudes	(50.303)	(56.839)	(50.303)	(56.639)
Gravames	(33.197)	(25.883)	(33.223)	(25.924)
Amortização de ágio (Nota 14.b)	(23.930)	(23.930)	(25.053)	(25.053)
Outras	(22.382)	(12.518)	(15.296)	(6.674)
Total	(1.562.816)	(1.349.063)	(1.554.894)	(1.341.337)

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	20.782	8.512	20.974	8.521
Resultado na alienação de outros valores e bens	8.003	(42.471)	9.851	(42.710)
Receita na venda de grupos de consórcio (1)	-	-	18.912	-
Total	28.785	(33.959)	49.737	(34.189)

(1) Em maio de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência de administração de grupos de consórcio.

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receltas (despesas)	Receltas (despesas)
Banco					
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)		1.251.889	1.160.000	35.502	18.865
Banco BTG Pactual S.A.	04/01/2021	1.249.990	710.000	34.406	17.796
Caixa Econômica Federal	04/01/2021	1.899	450.000	1.096	1.069
Cessão de crédito (b)		1.812.488	2.036.099	605.500	965.154
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.812.488	2.036.099	605.500	965.154
Outros créditos		16.107	18.471	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	162	6.755	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	10.533	6.453	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	25	19	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (c) (d)	Sem prazo	1.036	1.596	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.(c) (d)	Sem prazo	948	301	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (c) (d)	Sem prazo	3.403	3.347	-	-
Depósitos à vista (e)		(373)	(382)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(337)	(341)	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	-	(1)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	(17)	(16)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(4)	(5)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(1)	(2)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(4)	(8)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(10)	(9)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)		(8.579.895)	(8.215.331)	(259.915)	(442.297)
Banco BTG Pactual S.A.	08/01/2021	(502.285)	(190.000)	(17.810)	(9.531)
Caixa Econômica Federal	26/03/2021	(7.814.210)	(7.762.156)	(234.918)	(417.701)
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	11/01/2023	(263.400)	(263.175)	(7.187)	(17.187)
Depósitos a prazo (g)		(394.523)	(352.509)	(10.505)	(19.489)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	28/08/2023	(41.873)	(17.145)	(995)	(518)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	15/12/2023	(60.562)	(50.300)	(1.538)	(2.811)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	11/09/2023	(153.432)	(155.452)	(4.271)	(8.783)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	06/12/2023	(102.642)	(98.910)	(2.795)	(5.587)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	06/09/2023	(34.870)	(29.007)	(844)	(1.622)
Pessoal chave da Administração	24/07/2023	(1.144)	(1.695)	(62)	(168)
Obrigações por operações compromissadas		(7.112)	(8.952)	(915)	(4.795)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(613)	(3.873)	-
Caixa Econômica Federal	-	-	(99)	(432)	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	01/03/2023	(7.112)	(8.052)	(203)	(490)
Recursos de letras imobiliárias e financeiras (h)		(377)	(6)	(130)	(130)
Pessoal chave da Administração	-	-	(377)	(6)	(130)
Instrumentos financeiros derivativos (i)		-	185.694	392.285	49.799
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	185.694	392.285	49.799
Outras obrigações		(30.881)	(14.668)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(30.250)	(13.268)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(538)	(494)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(5)	(904)	-	-
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(38)	-	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	-	(2)	-	-
Receita de prestação de serviços (j)		-	-	81.241	59.879
,Too Seguros S.A.	-	-	-	80.073	58.599
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	-	-	23
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.168	1.257
Despesa de pessoal		-	(293)	(265)	(265)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(293)	(265)
Outras despesas administrativas		-	(53.993)	(56.779)	(56.779)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(5.075)	(5.675)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(7.657)	(31.563)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(114)	(106)
Teaban S.A.	-	-	-	(1.509)	(718)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(39.638)	(18.717)
Resultado obtido na cessão de crédito		-	2.030.669	1.135.002	-
Caixa Econômica Federal	-	-	2.030.669	1.074.960	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	60.042	-

- (a) Referem-se às aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (b) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (c) Saldo provisionado referente a dividendos que serão pagos até 31/12/2021, sendo: R\$ 2.060 da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A., R\$ 335 da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização e R\$ 946 da Pan Administradora de Consórcio Ltda.;
- (d) Saldo provisionado de R\$ 1.343, referente ao saldo remanescente da redução de capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A., conforme AGE de 18/09/2013; saldo provisionado de R\$ 701, substancialmente, relativo a valores recebidos de mutuários diversos referentes a operações de crédito adquiridas da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização; saldo provisionado de R\$ 2, relativo a valores referentes a rateio de despesas administrativas da empresa Pan Administradora de Consórcio Ltda.;
- (e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (f) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (g) Referem-se às captações por meio de depósitos a prazo efetuadas pelo Banco PAN;
- (h) Referem-se às captações por meio de letras de crédito imobiliário e letras financeiras efetuadas pelo Banco PAN;
- (i) Referem-se às operações de swap; e
- (j) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios.

	Prazo máximo	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receltas (despesas)	Receltas (despesas)
Consolidado		597	1.260	-	-
Disponibilidades (a)		597	1.260	-	-
Caixa Econômica Federal	04/01/2021	1.249.990	710.000	34.406	17.796
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		1.251.889	1.160.000	35.502	18.865
Banco BTG Pactual S.A.	04/01/2021	1.249.990	710.000	34.406	17.796
Caixa Econômica Federal	04/01/2021	1.899	450.000	1.096	1.069
Cessão de crédito (c)		1.812.488	2.036.099	605.500	965.154
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.812.488	2.036.099	605.500	965.154
Outros créditos		10.720	13.227	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	162	6.755	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	10.533	6.453	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	25			

Cartão de Crédito zero anuidade para fazer compras com descontos exclusivos.

* sujeito a análise de crédito



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

Risco Operacional
Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.930/19, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <https://ri.bancopan.com.br/governanca-corporativa/gestao-de-riscos>.

Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor contábil	Valor de mercado	Resultado não realizado	Valor contábil	Valor de mercado	Resultado não realizado
Consolidado						
Títulos e Valores Mobiliários	2.945.552	2.997.409	51.857	2.087.652	2.129.438	41.832
- Títulos para negociação	254.387	254.387	-	359.782	359.782	-
- Títulos disponíveis para venda	866.173	866.173	-	986.659	986.659	-
- Títulos mantidos até o vencimento	1.824.992	1.876.849	51.857	741.211	783.043	41.832
Operações de crédito	29.110.643	33.718.706	4.608.063	23.628.092	26.962.845	3.334.753
Depósitos interfinanceiros	8.747.715	8.776.018	(28.303)	8.365.928	8.395.004	(29.076)
Depósitos a prazo	12.742.632	14.302.803	(1.560.171)	11.367.477	13.042.521	(1.675.044)
Recursos de emissão de títulos	5.346.049	5.381.192	(35.143)	1.868.324	1.888.784	(20.460)
Dividas subordinadas	8.784	10.285	(1.501)	1.885.320	1.887.098	(1.778)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			3.034.802			1.650.227

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários: Dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição; e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2020 totalizou R\$ 81.895 no Banco PAN e R\$ 82.155 no Consolidado (R\$ 74.325 no Banco PAN e R\$ 74.627 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2019).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Encargos/créditos total, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	925.399	200.494	937.697	356.143
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(405.110)	(80.198)	(406.619)	(138.917)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participação em controladas	9.298	(44.090)	-	-
Juros sobre o capital próprio	110.758	79.200	110.758	79.200
Ativação diferença alíquota (2)	-	353.789	-	353.789
Baixa Crédito Tributário PFBN (3)	-	-	-	(141.126)
Outros valores	15.224	6.740	13.733	6.846
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(269.830)	315.441	(282.128)	159.792

- Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 15%, para as demais empresas alíquota de 9%;
- Em 12/11/2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103/2019, que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de bancos de qualquer espécie a partir de 01/03/2020. Em face de tais alterações, o Banco PAN reconheceu o montante de R\$353.789 referentes à esta diferença de alíquota para os créditos tributários com expectativa de realização a partir de 03/2020; e
- Baixa parcial de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa em decorrência da aplicação de novas premissas no plano de negócios da Pan Arrendamento Mercantil e, consequentemente, na expectativa de realização destes créditos.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2019		Saldo em 31/12/2020	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Banco				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.263.340	644.126	(526.295)	1.376.171
Provisão para contingências civis	138.254	63.222	(68.883)	132.598
Provisão para contingências trabalhistas	9.110	29.652	(60.350)	63.512
Provisão para contingências tributárias	9.210	89	(54)	1.145
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	38.212	13.764	(23.116)	28.860
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	-	352.571	(319.124)	33.447
Outras provisões	485.083	808.526	(658.846)	634.763
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.015.209	1.911.955	(1.656.668)	2.270.496
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.282.378	5.783	(167.924)	1.120.237
Total dos créditos tributários	3.297.587	1.917.738	(1.824.592)	3.390.733
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32.e)	(13.417)	-	13.417	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.284.170	1.917.738	(1.811.175)	3.390.733

	Saldo em 31/12/2019		Constituição		Realização		Saldo em 31/12/2020	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Consolidado								
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.271.121	644.380	(526.295)	1.389.209	-	-	1.389.209	-
Provisão para contingências civis	142.399	64.336	(70.310)	136.417	-	-	136.417	-
Provisão para contingências trabalhistas	97.728	30.033	(62.117)	65.644	-	-	65.644	-
Provisão para contingências tributárias	20.343	4.518	(2.072)	22.789	-	-	22.789	-
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	38.451	13.766	(23.189)	29.028	-	-	29.028	-
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	-	10.588	(325.873)	48.294	-	-	48.294	-
Outras provisões	485.137	809.508	(659.226)	635.416	-	-	635.416	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.065.762	1.930.120	(1.669.085)	2.326.797	-	-	2.326.797	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.336.206	7.539	(171.898)	1.171.847	-	-	1.171.847	-
Total dos créditos tributários	3.401.968	1.937.659	(1.840.983)	3.498.644	-	-	3.498.644	-
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32.e)	(98.654)	-	(383)	13.417	-	-	(85.620)	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.303.314	1.937.276	(1.827.566)	3.413.024	-	-	3.413.024	-

c) Prejuízo de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2020, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. O objetivo da realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 02/02/2021.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Banco						
Em 2020	7.110.038	-	58.107	-	866.543	-
Em 2021	1.044.953	731.169	196.810	129.235	1.241.763	860.404
Em 2022	957.838	324.970	130.395	257.805	1.088.233	582.775
Em 2023	142.447	51.716	329.520	348.498	471.967	400.214
Em 2024	26.822	17.569	412.482	490.333	439.304	507.902
De 2025	25.762	31.849	51.030	-	76.792	31.849
De 2026 a 2029	72.674	47.900	-	-	72.674	47.900
Total	2.270.496	2.015.209	1.120.237	1.282.378	3.390.733	3.297.587

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Consolidado						
Em 2020	816.747	-	58.383	-	875.130	-
Em 2021	1.048.508	733.530	197.642	131.002	1.246.150	865.492
Em 2022	961.670	329.911	131.873	260.933	1.093.543	590.844
Em 2023	146.921	53.896	331.223	350.278	478.144	404.174
Em 2024	32.231	27.261	415.021	491.786	447.252	519.047
De 2025	37.443	36.644	53.538	2.943	90.981	39.587
De 2026 a 2029	100.024	67.773	3.600	971	103.624	68.744
Total	2.326.797	2.065.762	1.132.897	1.297.256	3.459.694	3.363.018

Em 31/12/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 3.012.595 e R\$ 3.058.602 no Consolidado (R\$ 2.605.824 no Banco PAN e R\$ 2.647.017 no Consolidado em 31/12/2019).

Conforme § 2º do Artigo 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscal ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 (R\$ 38.950 em 31/12/2019), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2020, o Banco PAN possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396 e o Consolidado de aproximadamente R\$ 582.869 (31/12/2019 - R\$ 230.396 no Banco PAN e R\$ 583.211 no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 103.678 no Banco PAN e R\$ 244.667 no Consolidado (31/12/2019 - R\$ 103.678 no Banco PAN e R\$ 244.804 no Consolidado).

e) Obrigações fiscais diferidas:

	Saldo em 31/12/2019		Constituição		Realização		Saldo em 31/12/2020	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Banco								
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	(13.417)	-	-	13.417	-	-	-	-
Total (Nota 32.b)	(13.417)	-	-	13.417	-	-	-	-

	Saldo em 31/12/2019		Constituição		Realização		Saldo em 31/12/2020	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Consolidado								
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e outros	(28.252)	(383)	-	13.417	-	-	-	(7.418)
Superveniência de depreciação	(70.402)	-	-	-	-	-	-	(78.202)
Total (Nota 32.b)	(98.654)	(383)	-	13.417	-	-	-	(85.620)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES

- Os avais e fianças concedidos totalizavam R\$ 313.061 em 31/12/2019. A operação foi encerrada no 3º trimestre de 2020;
- O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- Em 31/12/2020 e 31/12/2019, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (artigo 9º, da Lei nº 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente; e
- O Banco PAN S.A., desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar os impactos aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, consequentemente, sua operação. As ações consideradas de continuidade e sustentabilidade do negócio incluem as recomendações dos órgãos competentes, e a Administração segue gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONSELHO FISCAL		COMITÊ DE AUDITORIA		CONTADOR	
Presidente Amos Genish	Vice-Presidente Pedro Duarte Guimarães	Diretor Presidente Carlos Eduardo Pereira Guimarães		Peter Edward Cortes Marsden Wilson Anibal Cardoso Joaquim Alexandre Xavier Ywata de Carvalho		Amin Alves Mural Fábio de Barros Pinheiro Pedro Paulo Longuini		Gregório Moreira Franco CRC 1SP219426/O-2	
Conselheiros Sérgio Cutolo dos Santos Alexandre Camara e Silva Roberto Bailis Salouti João Eduardo de Assis Pacheco Daache		Diretores Alex Sander Moreira Gonçalves Diego Bicalho Carvalho Cláudio Cluffo da Silva Maurou Dutra Mediano Dias Roberta Carim Geyer							

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2020 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentariam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas explicativas 3g e 8)
O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados. O processo estabelecido considera as normas e instruções determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associados ao julgamento e premissas utilizadas pela Administração para determinação do risco de crédito. Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia da informação
O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.
Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.
Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Créditos Tributários (Notas explicativas 3n e 32b)
O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,5 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a

PAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ Nº 02.682.287/0001-02

Avenida Paulista, 1374 - 16º andar - São Paulo/SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Pan Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

CENÁRIO ATUAL
A Pan Arrendamento Mercantil S.A. é uma empresa controlada pelo Banco PAN S.A. ("Banco"), que detém 100% de seu capital total.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (EVANTADOS) (Em milhares de reais - R\$)				
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	
Disponibilidades		4	7	
Instrumntos financeiros		263.400	263.175	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	263.400	263.175	
Ativos fiscais		64.148	63.204	
Correntes		393	852	
Diferidos	20.b	63.755	62.352	
Outros valores e bens		1.971	2.139	
Outros valores e bens	8.a	441	640	
(Provisão para desvalorização)	8.a	(424)	(594)	
Despesas antecipadas	8.b	1.954	2.093	
Outros ativos		7	13.812	
TOTAL DO ATIVO		342.584	342.337	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

RESULTADOS

Intermediação Financeira
No exercício de 2020, o resultado bruto com intermediação financeira foi de R\$ 7,2 milhões, frente aos R\$ 15,9 milhões no exercício de 2019.

Prejuízo
No exercício de 2020, o prejuízo acumulado totalizou R\$ 5,5 milhões, frente ao prejuízo acumulado de R\$ 149,2 milhões no exercício de 2019.

Patrimônio Líquido
O patrimônio líquido da Pan Arrendamento Mercantil S.A. totalizou R\$ 200,0 milhões em dezembro de 2020, frente aos R\$ 205,5 milhões em dezembro de 2019.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)				
PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	
Provisões		9	63.809	55.771
Obrigações fiscais		78.524	80.638	
Correntes	10	322	2.436	
Diferidos	20.b	78.202	78.202	
Outros passivos		269	397	
Diversos	11	269	397	
Patrimônio líquido		199.982	205.531	
Capital social	12.a	356.735	356.735	
De domiciliados no País		356.735	356.735	
Prejuízos acumulados	(156.753)	(151.204)		
TOTAL DO PASSIVO		342.584	342.337	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis da Pan Arrendamento Mercantil S.A. passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. não contratou e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa neste exercício. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2021.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)

	Nota explicativa	2º Semestre 2020	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.627	7.242	16.254
Operações de arrendamento mercantil	6.b	37	57	1.189
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	5.b	2.590	7.187	15.065
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-	-	(317)
Reversão para perdas esperadas	6.b	-	-	(346)
associadas ao risco de crédito	6.a	-	-	29
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.627	7.242	15.937
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(10.700)	(13.923)	(29.490)
Receitas de prestação de serviços		4	12	29
Outras despesas administrativas	13	(2.048)	(3.824)	(3.414)
Despesas tributárias	14	(245)	(467)	(706)
Despesas de provisões	15	(5.139)	(6.175)	(25.533)
Outras receitas/(despesas) operacionais	16	(3.272)	(3.469)	254
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(8.073)	(6.681)	(13.553)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		2	25	(24)
Tributos sobre o Lucro		(8.071)	(6.656)	(13.577)
Provisão para imposto de renda		83	(176)	(1.414)
Provisão para contribuição social		42	(121)	(878)
Ativo fiscal diferido		1.350	1.404	(133.380)
PREJUÍZO		(6.596)	(5.549)	(149.249)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO		(6.596)	(5.549)	(149.249)
EM NÚMERO MÉDIO PONDERADO DE AÇÕES ATIBUÍVEL		(599,64)	(504,45)	(13.568,09)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O 2º SEMESTRE DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre 2020	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo	(6.596)	(5.549)	(149.249)
Resultado abrangente do exercício	(6.596)	(5.549)	(149.249)
Atribuído a:			
Acionistas controladores	(6.596)	(5.549)	(149.249)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O 2º SEMESTRE DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	356.735	(1.955)	354.780
Prejuízo	-	(149.249)	(149.249)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	356.735	(151.204)	205.531
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	356.735	(151.204)	205.531
Prejuízo	-	(5.549)	(5.549)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	356.735	(156.753)	199.982
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	356.735	(150.157)	206.578
Prejuízo	-	(6.596)	(6.596)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	356.735	(156.753)	199.982

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º Semestre 2020	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS		2.627	(2.365)	(9.111)
Intermediação financeira		2.627	7.242	16.254
Reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-	-	29
Outras receitas/(despesas)		(8.405)	(9.607)	(25.394)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-	-	(346)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	13	(2.048)	(3.824)	(3.414)
Serviços de terceiros		(1.186)	(2.433)	(2.099)
Outras:		(862)	(1.391)	(1.315)
Seguro fiança		(433)	(815)	(486)
Despesas com custas judiciais		(1)	(21)	(352)
Despesas com custas de cobrança		(325)	(393)	(139)
Propaganda, promoções e publicidade		(13)	(15)	(86)
Serviços do sistema financeiro		(56)	(98)	(80)
Taxas e emolumentos		(17)	(36)	(58)
Outros		(8)	(23)	(114)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(7.826)	(6.189)	(12.871)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		(7.826)	(6.189)	(12.871)
PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(7.826)	(6.189)	(12.871)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(7.826)	(6.189)	(12.871)
Impostos, taxas e contribuições		(1.230)	(6.40)	136.378
Federal		(1.093)	(511)	136.380
Estadual		(134)	(126)	-
Municipal		(3)	(3)	(2)
Remuneração de capitais próprios		(6.596)	(5.549)	(149.249)
Prejuízo		(6.596)	(5.549)	(149.249)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O 2º SEMESTRE DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre 2020	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
PREJUÍZO	(6.596)	(5.549)	(149.249)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Constituição de provisões e passivos contingentes	5.139	6.175	25.653
Atualizações monetárias das provisões cíveis e tributárias	3.897	4.433	255
Insuficiência de depreciação	-	-	346
Reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-	(29)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.350)	(1.404)	133.380
Lucro na alienação de bens arrendados	-	-	(306)
Reversão para desvalorização de outros valores e bens	(42)	(171)	(37)
Prejuízo na venda de outros valores e bens	40	146	61
Resultado líquido ajustado	1.088	3.630	10.074
Variação de Ativos e Passivos:			
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	219	(225)	(7.156)
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	-	2
Redução em ativos fiscais	460	460	-
(Aumento)/Redução em outros ativos	(81)	751	2.961
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(124)	193	(1.665)
(Redução) em provisões	(1.328)	(2.570)	(3.901)
(Redução)/Aumento em obrigações fiscais	(29)	(194)	710
(Redução) em outras obrigações	(104)	(128)	(299)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(102)	(1.920)	(1.050)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1)	(3)	324
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Alienação de imobilizado de arrendamento	-	-	306
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1)	(3)	(18)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	6	7	25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	4	4	7
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos	(10.192)	(11.675)	(15.428)
Juros recebidos	-	-	15

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2019	4.730	2.959	48.082	55.771
Constituição líquida de reversão	1.349	(1.750)	6.576	6.175
Atualização monetária	71	-	4.362	4.433
Baixas por pagamento	(1.929)	(20)	(621)	(2.570)
Saldo em 31/12/2020	4.221	1.189	58.399	63.809

III. Passivos contingentes classificados como perda provável:

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir:

ISSQN sobre o VRG – A Pan Arrendamento Mercantil S.A., recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visando exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa em operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2017 cujo montante é de R\$ 143.946 atualizados até dezembro de 2020.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

10) OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	297	2.379
COFINS a recolher	17	39
Impostos retidos na fonte a recolher	5	11
PIS a recolher	3	7
Total	322	2.436
Circulante	322	2.436

11) OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Crédores diversos	241	277
Valores a pagar a sociedades ligadas	12	12
Outros	16	108
Total	269	397
Circulante	269	397

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:
O capital social é de R\$ 356.735, representado por 11.000 ações ordinárias e nominativas, no valor unitário de R\$ 32.430,50, em 31/12/2020 e 31/12/2019.

b) Reservas de Lucros:
Reserva legal – Nos termos do estatuto social, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Companhia. Ademais, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos:
Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

k) Lucro por ação:
O lucro por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações pela média ponderada das ações em circulação em poder dos acionistas nas datas das demonstrações contábeis.

l) Uso de estimativas contábeis:
A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativamente; (ii) as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes das ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros; e (vii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

m) Classificação de resultado recorrente e não recorrente:
Conforme disposto na Resolução BCB Nº 2, de 12/08/2020, a Pan Arrendamento Mercantil classifica o resultado recorrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria, que se baseia na segregação dos eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Pan Arrendamento.

n) Eventos subsequentes:
Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

PAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ Nº 02.682.287/0001-02

Avenida Paulista, 1374 - 16º andar - São Paulo/SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de terceiros	2.433	2.099
Seguro fiança	815	486
Despesas com custas de cobrança	383	139
Serviços do sistema financeiro	98	80
Taxas e emolumentos	36	58
Despesas com custas judiciais	21	352
Propaganda, promoções e publicidade	15	86
Outras	23	114
Total	3.824	3.414

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição à COFINS	268	603
Contribuição ao PIS	47	98
Outras	132	5
Total	467	706

15) DESPESAS DE PROVISÕES

	31/12/2020	31/12/2019
Processos cíveis	1.349	947
Processos trabalhistas	(1.751)	2.038
Processos tributários	6.577	22.668
Total	6.175	25.653

16) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação de encargos e despesas	381	17
Varição monetária	(3.842)	368
Outras	(8)	(131)
Total	(3.469)	254

17) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado na alienação de outros valores e bens	(146)	(61)
Reversão para desvalorização de outros valores e bens	171	37
Total	25	(24)

18) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

Prazo	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
máximo	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	4	5	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	4	5	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	263.400	263.175	7.187	15.065
Banco PAN S.A.	11/01/2023	263.400	263.175	7.187
Valores a receber	-	2	-	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	-	2	-
Outras obrigações	(11)	(12)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(11)	(12)	-

(a) Referem-se a aplicações com taxas equivalentes às do CDI.

19) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de Riscos
O Grupo PAN possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

Gestão do Capital

O Grupo PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Companhia e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo Órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Grupo PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 e nº 3.639/13 nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Em 31/12/2020 o Conglomerado Prudencial PAN apresentou o Índice de Basileia de 15,91%.

Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Companhia.

Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo spot, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INOC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira Banking: todas as operações não classificadas na carteira trading. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais hedges.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade da Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Grupo PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos gaps de liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do Artigo 9º da Resolução CMN nº 3.980/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(6.656)	(13.577)
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	2.662	5.431
Baixa Crédito Tributário PFBN (2)	-	(141.126)
Outros valores (3)	(1.555)	23
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.107	(135.672)

1) A alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para Companhia à alíquota de 15%;

2) Baixa permissão de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa em decorrência da aplicação de novas premissas no plano de negócios da Pan Arrendamento Mercantil e, consequentemente, na expectativa de realização destes créditos; e

3) Inclui: (i) tributos sobre provisão para contingência tributária e (ii) parcela isenta de tributo adicional sobre imposto de renda.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2019	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2020
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	940	-	-	940
Provisão para contingências cíveis	1.784	582	(785)	1.581
Provisão para contingências trabalhistas	1.181	102	(811)	472
Provisão para contingências tributárias	19.232	4.426	(2.015)	21.643
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	238	2	(71)	169
Outras provisões	27	2	(29)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	23.402	5.114	(3.711)	24.805
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	299	(299)	-
Prejuízo fiscal sobre receita de superveniência	38.950	-	-	38.950
Total dos créditos tributários	62.352	5.413	(4.010)	63.755
Obrigações fiscais diferidas	(78.202)	-	-	(78.202)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(15.850)	5.413	(4.010)	(14.447)

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2020, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 02/02/2021.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias forem revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias 31/12/2020	31/12/2019
Em 2020	-	3.265
Em 2021	2.764	1.463
Em 2022	3.209	3.893
Em 2023	2.989	1.639
Em 2024	4.380	9.282
Em 2025	11.184	3.860
De 2026 a 2029	279	-
Total	24.805	23.402

Em 31/12/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando-se a taxa média de captação, totalizava R\$ 19.430 (R\$ 16.179 em 31/12/2019).

Conforme § 2º do Artigo 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 (R\$ 38.950 em 31/12/2019), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2020, a Pan Arrendamento Mercantil S.A., possui prejuízo fiscal de aproximadamente R\$ 352.473 (R\$ 352.816 em 31/12/2019), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 140.989 (R\$ 141.126 em 31/12/2019).

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) No exercício findo em 31/12/2020, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos;

b) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, que converte em lei a MP nº 656/2014, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (Artigo 9º, da Lei nº 9.430/96);

c) Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente; e

d) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar os impactos aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, consequentemente, sua operação. As ações consideraram a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes, e a Administração segue gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADOR	
Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Alex Sander Moreira Gonçalves	Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Derneval Bicalho Carvalho	Gregório Moreira Franco	
Diogo Cluffo da Silva		Mauro Dutra Mediano Dias		CRC 1SP219426/O-2	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DIVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação complementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 fevereiro de 2021



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6



Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ Nº 03.767.538/0001-14

AVENIDA PAULISTA, 1.374

17º ANDAR - SÃO PAULO - SP

WWW.GRUPOPAN.COM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("BS" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

CENÁRIO ATUAL

A Brazilian Securities Companhia de Securitização é uma empresa controlada pelo Banco PAN S.A. ("Banco"), que detém 100% de seu capital total.

RESULTADOS

Benefício residual em operações securitizadas

No exercício de 2020, o resultado com benefício residual em operações securitizadas foi de R\$ 4,5 milhões, frente aos R\$ 2,5 milhões no exercício de 2019.

Lucro Líquido

No exercício de 2020, o lucro líquido acumulado totalizou R\$ 1,4 milhão, frente ao lucro líquido acumulado de R\$ 1,1 milhão no exercício de 2019.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Brazilian Securities Companhia de Securitização totalizou R\$ 223,8 milhões em dezembro de 2020, frente aos R\$ 222,7 milhões em dezembro de 2019.

Receíveis Imobiliários

O saldo de recebíveis imobiliários em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 20,3 milhões, frente aos R\$ 20,2 em 31 de dezembro de 2019.

O volume de carteiras securitizadas sem coobrigação em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 2.835,3

milhões, frente aos R\$ 3.507,1 milhões em dezembro de 2019, sendo que os respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários montaram R\$ 2.894,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.591,5 milhões em 31 de dezembro de 2019).

</

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS LÍQUIDAS		11.727	15.759
Resultado com juros e similares	16	5.530	9.908
Perda no valor recuperável de ativos financeiros		(181)	(483)
Benefício residual em operações securitizadas	17	4.532	2.532
Receitas de prestação de serviços	18	278	409
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(89)	(207)
Outros ativos financeiros		1.657	3.600
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	20	(7.392)	(9.914)
Serviços de terceiros		(4.065)	(5.609)
Outras		(3.327)	(4.305)
Serviços do sistema financeiro		(638)	(619)
Propaganda, publicidade, publicações		(43)	(169)
Condomínio		(84)	(536)
Processamento de dados		(186)	(1.563)
Cartório - Taxas e emolumentos		(410)	(520)
Imóveis retomados		(1.581)	(633)
Outras		(285)	(265)
VALOR ADICIONADO BRUTO		4.335	5.845
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		4.335	5.845
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		4.335	5.845
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		4.335	5.845
Pessoal		828	1.028
Remuneração direta		674	870
Benefícios		108	111
FGTS		46	47
Impostos, taxas e contribuições		2.096	3.758
Federais		1.527	1.570
Municipais		569	2.188
Remuneração de capitais próprios		1.411	1.059
Lucro líquido		1.411	1.059

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
LUCRO LÍQUIDO	1.411	1.059		
Instrumentos de dívida				
Receíveis imobiliários	(372)	(141)		
Resultado na venda de BNDU	176	251		
Outros ativos financeiros	313	170		
Perda no valor recuperável de ativos financeiros	181	483		
Constituição de provisões líquidas	703	1.066		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	164	(110)		
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	2.576	2.778		
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS:				
(Aumento)/Redução em ativos financeiros	(4.291)	(8.792)		
(Aumento)/Redução em recebíveis imobiliários	(260)	2.164		
(Aumento)/Redução em benefício residual em operações securitizadas	(300)	3.907		
Redução em outros ativos financeiros	673	266		
(Aumento) em ativos fiscais	(1.985)	(1.359)		
Redução em outros ativos	1.048	193		
Aumento em passivos fiscais	118	704		
(Redução)/Aumento em outros passivos	(3.684)	694		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(192)	(650)		
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			(6.297)	(95)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação/(Aquisição) de ativos financeiros ao custo amortizado			5.730	(32)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			5.730	(32)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Dividendos pagos			(251)	(432)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			(251)	(432)
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			(818)	(559)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO			2.768	3.327
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO			1.950	2.768
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA				
Juros recebidos			15.086	1.448

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Brazilian Securities Companhia de Securitização (BS, Companhia ou Instituição), controlada diretamente pelo Banco PAN S.A. (Banco PAN) tem como objeto social a aquisição de créditos imobiliários, hipotecários e do agronegócio, e, securitização por meio da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRLIs) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs).

Os CRLIs e os CRAs são emitidos sob o regime de patrimônio separado, no qual os recebíveis imobiliários e os recebíveis do agronegócio ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRLIs e/ou dos CRAs.

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Brazilian Securities Companhia de Securitização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que correspondem aos CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 25/01/2021 e pelo Conselho de Administração em 02/02/2021.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 31/12/2020.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:

i. Definições e reconhecimento

i. Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.
ii. Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

iii. Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo do industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

iv. Taxa efetiva de juro: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, fazem parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

v. Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultam da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.

vi. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco de crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

vii. Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
viii. Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

• Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

i. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

- mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que consistem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

- mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que consistem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:

- ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

• Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação

i. Caixa e equivalentes de caixa: saldos de caixa e de depósitos à vista;

ii. Instrumentos de dívida: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural;

iii. Instrumentos de patrimônio: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações e quotas de fundos de investimento imobiliário, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades ou fundos controlados ou coligados; e

iv. Outros empréstimos e recebíveis: referem-se basicamente a saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

• Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

i. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo.

ii. Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável.

iii. Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com os princípios do CPC 47.

iv. Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros:

• Mensuração dos ativos financeiros

i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizadas em outros resultados abrangentes, e acumuladas nas rubricas "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

• Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

• Técnicas de avaliação

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros:

• Ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A instituição não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

• Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Redução ao valor recuperável:

A provisão para redução ao valor recuperável é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do CPC 47, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

As provisões para perda de crédito esperada são mensuradas como:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses - correspondem a parte das perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultarão de eventos de inadimplência no instrumento financeiro possíveis em doze meses após a data do exercício.
- Perdas de crédito esperadas para a vida útil - são as perdas de crédito esperadas que resultam em todos os eventos possíveis de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

f) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas somente quando as obrigações de desempenhos (serviços) foram cumpridas.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de juros e similares" e "despesas de juros e similares" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuro.

g) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

h) Demonstração dos fluxos de caixa:

Os termos a seguir são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor;
- Atividades operacionais: principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento;
- Atividades de investimento: aquisição e venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa; e
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais ou de investimento.

Ao preparar a demonstração dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças nos valores e com vencimento original inferiores a noventa dias foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa".

i) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo da Companhia pela quantidade média das ações ordinárias existentes ao longo do exercício. A diferença apresentada entre o lucro básico e o diluído refere-se à contemplação de ações potenciais com efeito de diluição. As informações sobre essas potenciais ações estão sendo divulgadas na nota 15.d.

j) Estimativas e julgamentos contábeis:

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

- Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações contábeis. As políticas contábeis descritas nas notas 3.b e 3.c apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definições e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo";
- Constituição de créditos tributários: De acordo com as informações divulgadas na nota 3.g, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 10 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações; e
- Baixa de ativos financeiros: de acordo com a informação divulgada na nota 7.a, os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRLIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o exercício de competência.

k) Eventos Subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos Órgãos da administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) PRINCIPAIS ALTERAÇÕES E NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31/12/2020.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos bancários	1.950	2.768
Total	1.950	2.768

6) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

	31/12/2020	31/12/2019	
a) Composição:			
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Certificado de Depósito Bancário - CDB	Livres	153.432	152.614
Certificado de Depósito Bancário - CDB (1)	Vinculados	685	2.942
Total		154.117	155.556

(1) Inclui, (i) em 31/12/2020, R\$ 76 (31/12/2019 - R\$ 2.933) vinculados ao pagamento de carteiras de recebíveis adquiridas e cobertura de inadimplências, (ii) R\$ 609 referem-se ao repasse à proprietária de terrenos vinculados aos créditos registrados nos patrimônios segregados; e (iii) R\$ 9 em 31/12/2019 depositados a título de seguro caução na aquisição de recebíveis.

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
Até 360 dias	42.043	154.322
Acima de 360 dias	112.074	1.234
Total	154.117	155.556

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

A Brazilian Securities possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração, é da Diretoria de Controladoria e Compliance, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações

• Gestão de Capital

A Brazilian Securities considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo Órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital da Brazilian Securities é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

• Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas das demonstrações da organização. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2020

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Cupom de índices de preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(2)	(152)	(292)
Cupom de outras taxas de juros	Taxas dos cupons de outras taxas de juros	-	(3)	(5)
Total em 31/12/2020		(2)	(155)	(297)
Total em 31/12/2019		(2)	(132)	(255)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2020, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano, torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

• Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A Brazilian Securities mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resolução nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

Exposição ao risco de liquidez

Em atendimento ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, apresentamos a seguir a composição dos instrumentos financeiros, dos saldos de caixa e equivalente de caixa, bem como do correspondente intervalo de liquidez dos referidos ativos e passivos, de acordo com as faixas de vencimento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Diogo Ciuffo da Silva	Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Dermeval Bicalho Carvalho
Alex Sander Moreira Gonçalves		Mauro Dutra Mediano Dias	

Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
9.640	32.312	126.486	-	-	168.438
489	1.041	1.462	573	2.221	5.786
10.129	33.353	127.948	573	2.221	174.224

É importante ressaltar que o intervalo de liquidez apresentado, em atendimento ao referido CPC, inclui somente os saldos dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) e caixa e equivalentes de caixa. Portanto, não estão apresentados no quadro anterior os saldos de demais componentes do ativo e passivo, como por exemplo, outros ativos e outras obrigações - diversos, créditos tributários e passivos fiscais, e, também, outros ativos não circulantes (investimentos em companhias e fundos controlados e imobilizados). Adicionalmente, também é de fundamental relevância destacar que a posição de liquidez apresentada trata-se de uma posição estática em 31/12/2020, a partir dos fluxos de vencimentos originais de cada operação.

Enfim, não reflete mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado e, também, pelas operações e estratégias que foram ou possam vir a ser realizadas pela Companhia.

• Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.930/19, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

26) EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24.

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavirus (COVID-19), adotou medidas para minimizar os impactos aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, consequentemente, sua operação. As ações consideraram a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes, e a Administração segue gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	2.909	4.329
Aplicações financeiras	20.323	36.695
Recebíveis imobiliários	2.835.271	3.507.125
Outros ativos	48.682	53.284
Total do Ativo	2.907.185	3.601.433
Certificados de recebíveis imobiliários (1)	2.894.203	3.591.477
Outros passivos	9.095	6.368
Total do Passivo	2.903.298	3.597.845
Total do Benefício Residual em Operações Securitizadas (2)	3.887	5.588

(1) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,01% ao ano a 77,50% ao ano (31/12/2019 - 1,00% ao ano a 77,50% ao ano) e também são atualizados por 100% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 1,70% ao ano a 3,00% ao ano, e com vencimento até 01/07/2043; e

(2) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos comprovantes de recebíveis imobiliários.

b) Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	89	60
Aplicações financeiras	20	19
Recebíveis do agronegócio	819.238	797.234
Total do Ativo	819.347	797.313
Certificados de recebíveis do agronegócio (1)	819.347	797.307
Valores a pagar cedente/emissora	5	6
Total do Passivo	819.347	797.313

(2) Os certificados de recebíveis do agronegócio são atualizados a 100% do CDI, com vencimento até 14/07/2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADOR	
Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Diogo Ciuffo da Silva	Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Dermeval Bicalho Carvalho	Gregório Moreira Franco - CRC 1SP219426/O-2	
Alex Sander Moreira Gonçalves		Mauro Dutra Mediano Dias			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluirmos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2021



Tatiana Fernandes Kagoahara Guoerguiev
Contadora - CRC 1SP245281/O-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RESULTADOS

Instrumentos de Dívida

No exercício de 2020, o resultado com instrumentos de dívida foi de R\$ 8,3 milhões, frente aos R\$ 14,3 milhões no exercício de 2019.

Resultado Líquido

No exercício de 2020, o lucro líquido foi de R\$ 8,5 milhões, frente ao lucro de R\$ 14,1 milhões no exercício de 2019.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Brazilian Finance & Real Estate totalizou R\$ 183,9 milhões em dezembro de 2020, frente aos R\$ 179,0 milhões em dezembro de 2019.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019			
	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO			
Provisões	9	121	119
Passivos Fiscais	10	4.683	6.240
Correntes		2.943	4.500
Diferidos	7.a	1.740	1.740
Outros Passivos	11	3.407	4.758
Patrimônio Líquido	12	183.943	178.993
Capital social		107.662	107.662
Reservas de capital		95	95
Reservas de lucros		76.725	70.324
Outros resultados abrangentes		(539)	912
TOTAL DO PASSIVO		192.154	190.110

ATIVO

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	7	10
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo			
por Meio de Outros Resultados Abrangentes		63.846	62.384
Instrumentos de dívida	6.a	63.846	62.384
Ativos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado		102.642	98.910
Instrumentos de dívida	6.a	102.642	98.910
Impostos		24.278	27.454
A compensar		15.657	17.760
Diferidos	7.a	8.621	9.694
Outros Ativos	8	1.381	1.352
TOTAL DO ATIVO		192.154	190.110

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis da Brazilian Finance & Real Estate passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2020, pela BDO RCS Auditores Independentes ("BDO"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Brazilian Finance & Real Estate não contratou e nem teve serviços prestados pela BDO não relacionados à auditoria externa neste período. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2021.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
RESULTADO COM JUROS E SIMILARES	13	8.308	14.271
Ganho no valor recuperável de ativos financeiros		669	1.338
RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS APÓS GANHOS NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS		8.977	15.609
Outras despesas administrativas	14	(319)	(1.317)
Despesas tributárias	15	(870)	(1.377)
(Provisões)/Reversões líquidas	16	(2)	1.539
Outras receitas/(despesas) operacionais	17	4.997	6.861
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		12.783	21.315
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.e	(4.322)	(7.223)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.846)	(4.363)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.476)	(2.860)
LUCRO LÍQUIDO		8.461	14.092
Lucro básico e diluído por ações ordinárias		35.400,06	58.960,75

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de Lucros			Reserva para integridade do patrimônio líquido	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	107.662	95	20.607	38.972	5.211	14.092	172.547
Lucro líquido	-	-	-	-	-	14.092	14.092
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(4.299)	(4.299)	(4.299)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(4.299)	14.092	9.793
Dividendos	-	-	-	-	-	(3.347)	(3.347)
Reserva de Lucros (Nota 12)	-	-	705	10.040	-	(10.745)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	107.662	95	21.312	49.012	912	-	178.993
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	107.662	95	21.312	49.012	912	-	178.993
Lucro líquido	-	-	-	-	-	8.461	8.461
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(1.451)	(1.451)	(1.451)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(1.451)	8.461	7.010
Dividendos	-	-	-	-	-	(2.060)	(2.060)
Reserva de Lucros (Nota 12)	-	-	220	6.181	-	(6.401)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	107.662	95	21.532	55.193	(539)	-	183.943

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE, Companhia ou Instituição), controlada diretamente pelo Banco PAN S.A. (Banco PAN), tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação como quotista em fundos de investimentos regularmente constituídos.

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Brazilian Finance & Real Estate S.A. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 25/01/2021 e pelo Conselho de Administração em 02/02/2021.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base, as normas internacionais vigentes até 31/12/2020.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional da BFRE.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:

Definições e reconhecimento

i. Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade. Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

ii. Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

iii. Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

iv. Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultam da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.

v. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal o juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

vi. Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

vii. Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

i. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

- mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

- mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:

- ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento. No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação

i. Caixa e equivalentes de caixa: saldos de caixa e de títulos de valores mobiliários com curto prazo;

ii. Instrumentos de dívida: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural;

iii. Instrumentos de patrimônio: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações e quotas de fundos de investimento imobiliário, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades ou fundos controlados ou coligados; e

iv. Outros empréstimos e recebíveis: referem-se basicamente a saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

i. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;

ii. Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável.

iii. Instrumentos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com os princípios do CPC 47;

iv. Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros:

Mensuração dos ativos financeiros

i. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizadas em outros resultados abrangentes, e acumulados na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do exercício.

Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Técnicas de avaliação

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros:

Ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

- A instituição não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou
- A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Redução ao valor recuperável:

A provisão para redução ao valor recuperável é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do CPC 47, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

As provisões para perda de crédito esperada são mensuradas como:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses – corresponde a parte das perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultarão de eventos de inadimplência no instrumento financeiro possíveis em doze meses após a data do exercício.
- Perdas de crédito esperadas para a vida útil – são as perdas de crédito esperadas que resultam em todos os eventos possíveis de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

f) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas somente quando as obrigações de desempenhos (serviços) foram cumpridas.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de juros e similares" e "despesas de juros e similares" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Para calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

g) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

h) Demonstração dos fluxos de caixa:

Os fluxos a seguir são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor;
- Atividades operacionais: principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento;
- Atividades de investimento: aquisição e venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa; e
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais ou de investimento.

Para preparar a demonstração dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças nos valores e com vencimento original inferior a noventa dias foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa".

i) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo da Companhia pela quantidade média das ações ordinárias existentes ao longo do exercício. A diferença apresentada entre o lucro básico e o diluído refere-se à contemplação de ações potenciais com efeito de diluição. As informações sobre essas potenciais ações estão sendo divulgadas na nota 12.e.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

- Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações contábeis. As políticas contábeis descritas nas notas 3.b e 3.c apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definições e classificações dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo";

- Constituição de créditos tributários: De acordo com as informações divulgadas na nota 3.g, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 7 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações;

- Baixa de ativos financeiros: De acordo com a informação divulgada na nota 6.a, os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o exercício de competência.

k) Eventos Subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos Órgãos da administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) PRINCIPAIS ALTERAÇÕES E NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31/12/2020.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos bancários	7	10
Total	7	10

6) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	63.846	62.384
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	63.846	62.384
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	102.642	98.910
Certificado de Depósito Bancário – CDB	102.642	98.910
Total	166.488	161.294

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
Até 360 dias	61.017	45.462
Acima de 360 dias	105.471	115.832
Total	166.488	161.294

c) Variações:

"Instrumentos de dívida – Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes":

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do início do exercício	62.384	62.305
Adições (alienações) líquidas	(2.865)	(4.118)
Ajuste a valor de mercado Juros	(1.186)	(4.487)
Ágio/(Deságio)	6.133	10.826
Saldo do final do exercício	63.846	62.384

"Instrumentos de dívida – Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado":

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do início do exercício	40	90.600
Adições (alienações) líquidas	98.910	2.723
Juros	2.795	5.587
Saldo do fim do exercício	102.642	98.910

7) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PASSIVOS FISCAIS

a) Composição dos créditos tributários e passivos fiscais:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Ajuste de marcação a mercado	2.472	2.296
Outras provisões	41	60
Sobre diferenças temporárias	2.513	2.356
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	6.108	7.338
Total do ativo	8.621	9.694
Passivo		
Provisão para impostos e contribuições	(1.740)	(1.740)
Total do passivo (Nota 10)	(1.740)	(1.740)

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Provisão para contingências trabalhistas	2.296	1.277	(1.101)	2.472
Ajuste de marcação a mercado	40	(3)	(4)	41
Outras provisões	20	(23)	(43)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.356	1.304	(1.147)	2.513
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	6.108	-	(1.230)	6.108
Total dos créditos tributários	9.694	1.304	(2.377)	8.621
Obrigações fiscais diferidas	(1.740)	-	(1.740)	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	7.954	1		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

19) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de Riscos
 A BFRE possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de resultado.
 A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.
Gestão do Capital
 A BFRE considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo Órgão regulador.
 A estrutura de gerenciamento de capital da BFRE é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.
Risco de Mercado
 Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas das demonstrações da organização. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.
 As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:
Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
Carteira Banking: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2020:

Fatores de Risco	Carteira Trading e Banking Exposições sujeitas à variação	Cenários		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de juros prefixadas (aumento)	(11)	(5.266)	(10.533)
Cupom de índice de preços	Taxas dos cupons de índice de preços	(28)	(7.856)	(15.713)
Cupom de outras taxas de juros	Taxas dos cupons de outras taxas de juros	-	(87)	(175)
Total em 31/12/2020		(39)	(13.209)	(26.421)
Total em 31/12/2019		(26)	(8.921)	(17.842)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2020, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vertice. Os efeitos desconsideraram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.
Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% ao ano sobre o preço vigente.
Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.
Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15% ao ano ou 5% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.
 É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.
Risco de Liquidez
 O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em

perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.
 São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.
 A BFRE mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.
Risco Operacional
 Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.
 A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.
 Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.930/19, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

20) EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24.

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar os impactos aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, consequentemente, sua operação. As ações consideraram a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes, e a Administração segue gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADOR	
Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Diogo Ciuffo da Silva	Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Dermeval Bicalho Carvalho	Gregório Moreira Franco	CRC 1SP219426/O-2
Alex Sander Moreira Gonçalves		Mauro Dutra Mediano Dias			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Brazilian Finance & Real Estate S.A.
 São Paulo – SP
Opinião
 Examinamos as demonstrações contábeis do **Brazilian Finance & Real Estate S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Brazilian Finance & Real Estate S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
 Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de instrumentos de dívida
 Conforme mencionado na nota explicativa nº 3b e 6a A Companhia possui certificados de recebíveis imobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A mensuração do valor justo desse instrumento de dívida é uma área que envolve subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação que utilizam premissas de mercado e internas em seu processo de mensuração. Os certificados de recebíveis imobiliários são atrelados a créditos com garantias imobiliárias, além de considerar o risco de crédito da contraparte que se trata de uma empresa do mesmo grupo econômico. Esses riscos possuem em sua mensuração o risco de crédito, o que torna o gerenciamento de risco complexo, especialmente em momentos de alta volatilidade. Com base no exposto acima, continuamos considerando essa uma área de foco em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto
 Analisamos a metodologia de valorização dos certificados de recebíveis imobiliários, bem como as premissas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo. Performamos através de uma base amostral, a valorização dos certificados, comparando as premissas e metodologias utilizadas pela Administração e analisamos a consistência dessas metodologias. Consideramos que os critérios adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses certificados de recebíveis imobiliários são razoáveis em seus aspectos mais relevantes e no contexto das demonstrações contábeis.

Outros Assuntos
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
 As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 29 de janeiro de 2019, sem modificação de opinião.
Demonstração do valor adicionado
 As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.
 Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
 A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
 Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis
 A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia a continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administradora pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas

com base nas referidas demonstrações contábeis.
 Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
 • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
 • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia;
 • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
 • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
 Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
 São Paulo, 2 de fevereiro de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
 CRC 2 SP 013846/O-1
 Jairo da Rocha Soares
 Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Com o Banco PAN, sempre dá pra você fazer mais.

Tudo sem sair de casa. Rápido, fácil e seguro.

